

Senhores Participantes e Beneficiários do ISBRE Senhores Administradores do Patrocinador BRDE

Em obediência às disposições estatutárias e ao dever de ofício de prestar contas e dar publicidade a seus atos, a Diretoria Executiva da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE traz ao conhecimento de V.Sas. o Relatório Anual de Administração relativo ao exercício de 2013, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e dos Planos de Benefícios I e II, e os Pareceres Técnico Atuarial, da Auditoria Externa, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo.

Este Relatório, em sua forma de apresentação, traz alterações em relação à estrutura de relatórios anteriores em vista da necessidade de atender às determinações da Instrução nº 5, de 1º de novembro de 2013, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, órgão de supervisão e fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, a qual exige um maior detalhamento das informações, com foco em cada um dos Planos de Benefícios e no PGA – Plano de Gestão Administrativa. Assim, poderá ser notada a repetição de tabelas e demonstrativos, no entanto, frise-se, com conteúdos diversos, conforme o Plano abordado, o que se fez necessário para atender aos ditames da citada Instrução. Embora com certo prejuízo à leveza da leitura e à extensão do relatório, cremos que essa nova forma traz ganhos em relação à segregação das informações de interesse dos participantes de cada Plano e quanto à amplitude e detalhamento das informações.

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Ambiente Macroeconômico e Conjuntura dos Mercados

O fortalecimento da economia americana foi o principal vetor do crescimento da economia mundial em 2013, que, segundo estimativas do FMI (Jan 14) apresentou expansão de cerca de 3,0%. Houve melhora nos indicadores macroeconômicos daquele país, com forte crescimento industrial, a menor taxa de desemprego desde a crise de 2008 e uma certa recuperação do setor imobiliário.

Para as demais grandes economias, o cenário foi menos alentador. Na China, o ritmo de crescimento se reduziu, causando apreensão sobre uma possível desaceleração abrupta (hard landing; pouso forçado), o que geraria problemas para a economia mundial, em especial nos mercados de commodities, dos quais tanto dependem os países ditos emergentes. A Zona do Euro, por sua vez, apresentou uma tímida recuperação, persistindo ainda um risco elevado de deflação, o que poderá vir a exigir novas intervenções do Banco Central Europeu no sentido de estimular o ritmo de atividade da região.

Para as economias emergentes, entre as quais se situa o Brasil, 2013 foi um ano marcado por turbulências. Com a China crescendo menos, o que afetou negativamente o mercado de commodities, e com a decisão do Banco Central Americano (o Federal Reserve) de começar a retirada dos estímulos monetários extraordinários, tudo isso impactou fortemente essas economias, que viram suas moedas sofrer significativa desvalorização e uma substancial elevação dos seus juros internos e prêmios de

risco (custo de financiamento) internacional. O resultado foi uma severa restrição quanto à possibilidade de alcançar taxas satisfatórias de crescimento no ano.

Nesse cenário adverso aos países emergentes, a economia brasileira sofreu sensível deterioração na perspectiva dos principais agentes econômicos, notadamente devido às dificuldades da indústria, às quedas consecutivas na taxa de investimento da economia e a uma inflação persistente, com tendência de elevação, e bem acima da meta oficial. O PIB cresceu 2,3%, a inflação encerrou o ano com uma taxa acumulada de 5,91% e o déficit externo superou os 3,5% do PIB, números todos eles frustrantes e pouco confortáveis. Do lado positivo, a taxa de desemprego atingiu seu menor nível histórico e a renda média do trabalhador teve crescimento real da ordem de 3%.

Quanto ao comportamento dos mercados, a instabilidade, a incerteza e a volatilidade no preço dos ativos foi a marca do ano. Com o Banco Central elevando em nada menos do que 2,75 p.p. a taxa de juros básica, que passou de um piso de 7,25% a.a. em maio para 10% a.a. ao final do ano, com incertezas quanto à trajetória de inflação, do déficit público e do câmbio, a atividade de gestão de investimentos, em especial os de longo prazo, foi mais desafiadora em 2013 do que, por exemplo, em 2008, ano da eclosão da grande crise financeira mundial. Em 2008, o Ibovespa havia sofrido queda acumulada de 41,22%. Em compensação, os investidores puderam encontrar defesa no CDI (que variou 12,37% no acumulado daquele ano), nos títulos de renda fixa prefixados (o IRF-M se valorizou 13,88%) e nos títulos atrelados à inflação (o IMA-B fechou com alta de 11,03%). Já o quadro relativo a 2013 mostra, além da desvalorização de 15,5% do Ibovespa, uma queda acentuada no preço dos títulos indexados à inflação (o IMA-B, índice que reflete o preço desses títulos, caiu 10,02% no ano). Apenas o dólar, que não é propriamente um ativo de investimento, com 16,10% de valorização em relação ao Real, e o CDI, que acumulou 8,06%, tiveram um desempenho positivo no ano. Vale dizer, portanto, que 2013 foi um ano difícil do ponto de vista dos mercados financeiros e de capitais.

Desempenho Econômico-Financeiro

A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios I no ano foi de 1,50%, correspondendo a 14,19% da meta atuarial de 10,57% e a 18,61% do rendimento do CDI do período, que foi de 8,06%. Esse resultado decorreu basicamente do comportamento adverso dos mercados de Renda Fixa e de Renda Variável em 2013, mercados nos quais estão alocados mais de 90% dos recursos desse Plano (82,4% em Renda Fixa e 8,6% em Renda Variável, no encerramento do exercício).

No segmento de Renda Fixa, composto basicamente por Títulos Públicos Federais (NTN-B¹), como essa carteira é constituída majoritariamente (70% na média do ano) por títulos “mercados a mercado”, a rentabilidade, embora maior do que o referencial de mercado (benchmark) estabelecido na Política de Investimentos (0,21% no ano contra um IMA-B² de -10,02% e um IMA B5+² de -17,07%, este último na verdade o benchmark

¹ NTN-B – Notas do Tesouro Nacional da Série B são títulos públicos federais que são remunerados por um índice de inflação, o IPCA, mais uma taxa de juros pré-fixada

² IMA-B – Desenvolvido pela ANBIMA em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, é um índice que reflete os preços de negociação das NTN-B em mercado. Possui dois sub-índices: o IMA-B 5, que considera os preços de negociação das NTN-B com vencimentos em até cinco anos, e o IMA-B 5+, que considera os títulos com vencimentos superiores a cinco anos.

mais adequado ao prazo médio da carteira do ISBRE), foi afetada pela substancial elevação na taxa real de juros ocorrida no período, em especial no segundo semestre do ano, que resultou numa acentuada desvalorização desses títulos. (Para se ter uma ideia dos efeitos que essa elevação na taxa de juros teve na rentabilidade dos títulos “marcados a mercado”, tomemos dois títulos da carteira do ISBRE, num exemplo real. Os títulos são iguais, duas NTN-B com vencimento em 15/08/2040: enquanto a NTN-B “marcada a mercado” rendeu -21,50%, o mesmo título da carteira do ISBRE “marcado na curva” teve rentabilidade de 12,35% no ano, o que equivale a 116,8% da meta atuarial).

No segmento de Renda Variável, embora o ISBRE tenha também batido o referencial estabelecido em sua Política de Investimentos (rentabilidade de 3,71% contra um IBrX de -3,13% e um IBOVESPA de -15,50%), os resultados também foram desfavoráveis, frutos de uma baixa perspectiva de crescimento, inflação em elevação e crescente desconforto com a gestão macroeconômica, além de um ambiente externo pouco favorável ao Brasil.

De toda maneira, o Plano manteve-se superavitário (Superávit Técnico Acumulado de R\$ 9.972 mil ao final do exercício), e reputamos a situação de não atingimento da meta atuarial como de natureza conjuntural, dado que a carteira de títulos públicos da entidade tem uma taxa média ponderada de aquisição bem acima das necessidades atuariais (6,60% contra 4,75% a.a.). Além disso, olhando de uma perspectiva de mais longo prazo, que é o horizonte temporal relevante para os investimentos de um fundo de pensão, o PB I teve, nos últimos cinco anos uma rentabilidade acumulada de 85,05%, o que representa 116,4% da meta atuarial do período, que foi de 73,09%. Nos últimos dez anos, 270,08% contra 197,30%, ou seja, 136,9% da meta atuarial acumulada no período, números que demonstram o acerto da estratégia de investimentos do ISBRE ao longo do tempo e que devem trazer tranquilidade para os seus participantes.

O Plano de Benefícios II teve rentabilidade de 1,93% no ano, correspondendo a 18,26% da meta atuarial e a 23,94% da variação acumulada do CDI no período. Sua rentabilidade foi prejudicada pelos mesmos fatores que afetaram o desempenho dos investimentos do PB I. Patrimonialmente, por ter seu passivo atuarial corrigido basicamente pela variação dos ativos (o que é característico de plano CV – Contribuição Variável na fase de acumulação de reservas dos benefícios programados), apresentou equilíbrio técnico, ou seja, sem superávit ou déficit.

O Plano de Gestão Administrativa – PGA, que compreende os recursos financeiros e patrimoniais necessários ao funcionamento da entidade, teve rentabilidade de 1,08%, correspondendo a 10,22% da meta atuarial e a 13,40% do CDI do período.

Importante, por fim esclarecer que o diferencial de rentabilidade entre o PB I e o PB II decorre da diferença de participação do segmento de empréstimos a participantes – objeto de segregação real, na forma da regulamentação em vigor – no ativo de cada Plano, bem como dos seus diferentes retornos. O diferencial de rentabilidade do PGA em relação aos demais planos decorre do fato de ele não investir nos segmentos de imóveis e empréstimos a participantes, conforme a Política de Investimentos para ele aprovada.

Gestão Previdencial

Em 2013, o ISBRE pagou benefícios no montante de R\$ 37,5 milhões para 389 grupos familiares, com uma população amparada de 2.014 pessoas, entre participantes e beneficiários.

O Plano de Benefícios I pagou R\$ 37,3 milhões em benefícios e recebeu contribuições de R\$ 14,5 milhões, 38,8% daquele montante. O modesto crescimento do número de participantes assistidos em 2013 é explicado pelo elevado número de funcionários do BRDE que mesmo tendo se aposentado pela previdência oficial, preferiu permanecer em atividade. Ainda assim, no final de 2013, os participantes assistidos no Plano de Benefícios I representavam 66,0% do total de participantes do Plano, atestando o seu estágio de maturidade. As receitas oriundas das contribuições representam 39% dos compromissos pagos, o que reafirma a importância de se alcançar, de forma consistente e a longo prazo, a meta atuarial nas aplicações dos recursos garantidores das reservas matemáticas.

O Plano de Benefícios II continuou a receber novas adesões, fundamentais para a sua consolidação. Ao final do ano, foi atingido o número de 295 participantes ativos, com a adesão de 20 novos participantes (crescimento de 7,3%). Por sua vez, o aporte de contribuições ao Plano atingiu o montante de R\$ 4,9 milhões, refletindo um crescimento de 25,6% sobre o ano anterior, e os benefícios pagos, entre pensões e complementação de auxílio-doença, foram de R\$ 197 mil.

Governança Corporativa

Em 2013 o ISBRE teve alterada a composição do seu Conselho Deliberativo e de sua Diretoria Executiva. Em 19 de março de 2013, tomaram posse, como representantes do Patrocinador Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, os colegas participantes Carlos Areton Azzolin Olson, Carlos Aurélio Lourenço da Horta Ribeiro e Juliana Souza Dallastra. Como representante eleito dos Participantes, tomou posse o colega Carlos Dickel da Fontoura. Nessa mesma data, também tomou posse, como Diretor Administrativo e de Previdência, o colega Mauro Rosito D’Avila, todos com mandato de quatro anos a contar da posse.

Ainda do ponto de vista da governança corporativa, merece destaque o contínuo aperfeiçoamento do Sistema de Controles Internos (Sistema de Monitoramento de Riscos e Controles), com a introdução de uma nova estrutura de controle, acompanhamento e gerenciamento dos riscos atuariais, compreendendo inclusive os prestadores de serviço da área, no caso a consultoria atuarial dos Planos de Benefícios do ISBRE.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva agradece a confiança dos Participantes e Beneficiários, a orientação e diligente atuação dos Conselheiros e Conselheiras integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e dos membros do Comitê de Investimentos, além do indispensável e comprometido apoio do Patrocinador BRDE, por sua Administração e corpo gerencial. Agradece também a dedicação, a competência e o compromisso dos funcionários do ISBRE, que não medem esforços para o bom desempenho da Fundação no cumprimento de sua missão.

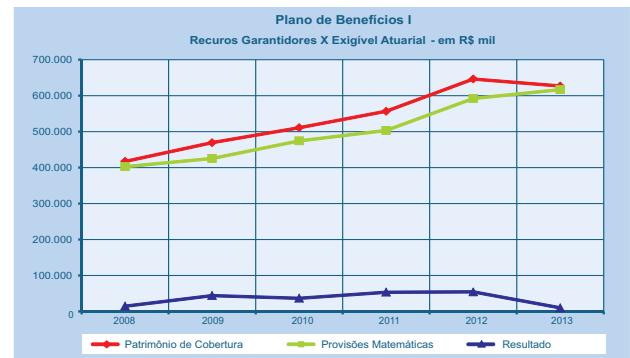
PLANO DE BENEFÍCIOS I - BD

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Evolução dos Recursos Garantidores e do Exigível Atuarial – PB I

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

Ano	Patrimônio de Cobertura	Provisões Matemáticas	Resultado
2008	417.178	402.677	14.501
2009	49.351	425.202	44.149
2010	510.975	474.351	36.624
2011	556.601	503.265	53.336
2012	646.412	592.090	54.322
2013	626.840	616.868	9.972



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – PB I

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em R\$ mil

Descri�o	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão %
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	650.825	561.528	15,90
1. Adic�es	20.563	126.410	(83,73)
(+) Contribui�es Previdenciais	14.466	14.678	(1,44)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.097	111.732	(94,54)
2. Destina�es	(40.600)	(37.113)	9,40
(-) Benefícios	(37.312)	(33.903)	10,06
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(1.987)	(1.889)	5,19
(-) Custeio Administrativo	(1.301)	(1.321)	(1,51)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(20.037)	89.297	(122,44)
(+/-) Provisões Matemáticas	24.778	88.825	(72,10)
(+/-) Fundos Previdenciais	(465)	(513)	(9,36)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(44.350)	985	(4.602,54)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	630.788	650.825	(3,08)
C) Fundos não Previdenciais	1.144	1.128	1,42
(+/-) Fundo Administrativo	1.144	1.128	1,42

Demonstrac o do Ativo Líquido – PB I

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

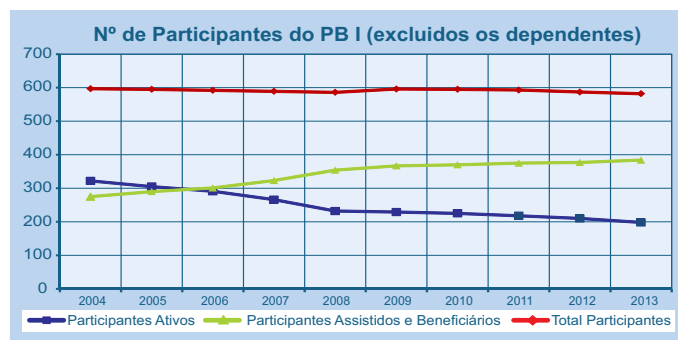
em R\$ mil

Descri�o	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão %
1. Ativos	640.190	661.627	(3,24)
Disponível	37	4	825,00
Recebv�l	4.007	4.580	(12,51)
Investimento	636.146	657.043	(3,18)
A�es	239	223	7,17
Fundos de Investimento	613.649	636.629	(3,61)
Investimentos Imobiliários	14.337	12.880	11,31
Empréstimos	7.894	7.284	8,37
Depósitos Judiciais	27	27	
2. Obrigac�es	8.258	9.673	(14,63)
Operacional	1.488	568	161,97
Contingencial	6.770	9.105	(25,65)
3. Fundos não Previdenciais	1.144	1.128	1,42
Fundo Administrativo	1.144	1.128	1,42
4. Ativo Líquido (1-2-3)	630.788	650.826	(3,08)
Provisões Matemáticas	616.868	592.090	4,18
Superávit/Déficit Técnico	9.972	54.322	(81,64)
Fundos Previdenciais	3.948	4.414	(10,56)

GESTÃO PREVIDENCIAL

População Amparada pelo Plano de Benefícios I

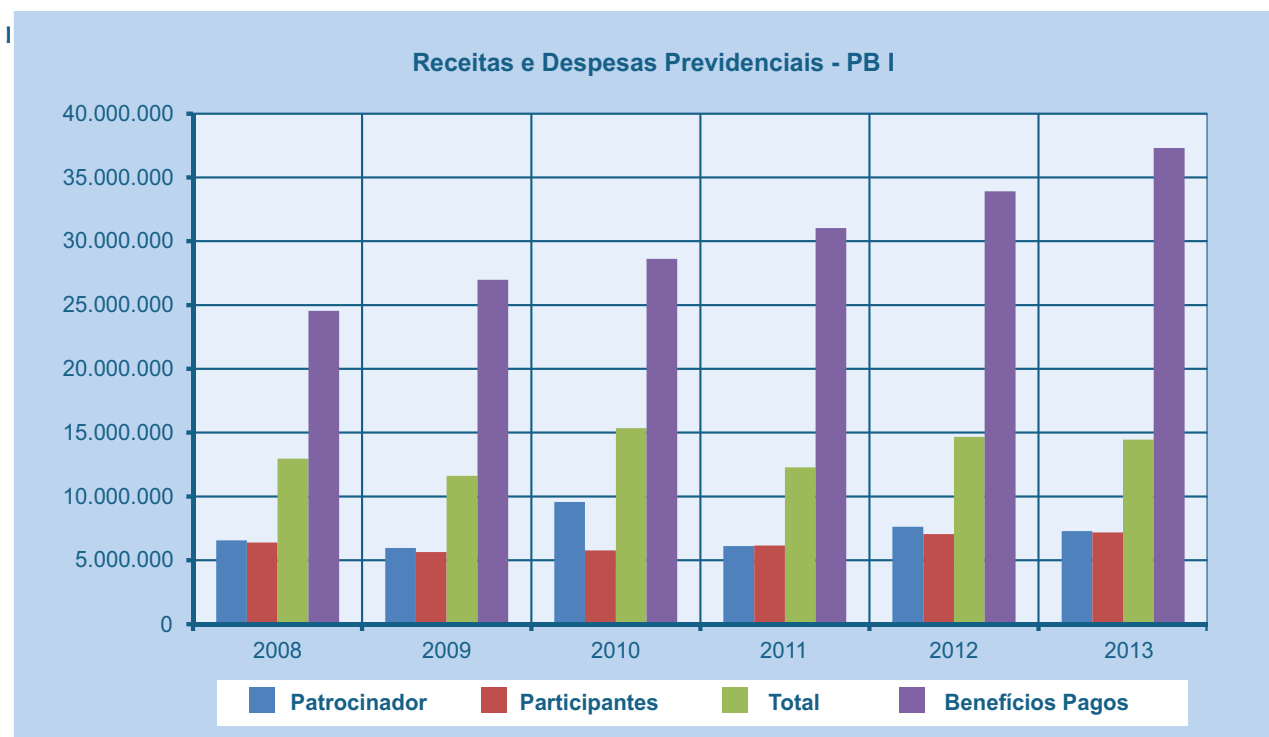
Ano	Partic. Ativos	Participantes Assistidos e Beneficiários	Total Partic.	Dependentes	Total Geral
2004	322	275	597	1.039	1.636
2005	305	290	595	1.097	1.692
2006	291	301	592	1.074	1.666
2007	266	323	589	1.050	1.639
2008	232	354	586	998	1.584
2009	229	367	596	964	1.560
2010	225	370	595	939	1.534
2011	218	375	593	808	1.401
2012	210	377	587	741	1.328
2013	200	384	584	724	1.308



Receita de Contribuição e Benefícios Pagos - PB I

Em R\$ 1,00

Ano	Receita de Contribuição			Benefícios Pagos	Rec.de Contrib. / Benef. Pagos
	Patrocinador	Participantes	Total		
2008	6.569.300	6.389.900	12.959.200	24.536.400	52,82%
2009	5.964.600	5.649.600	11.614.200	26.986.800	43,04%
2010	9.570.400	5.776.100	15.346.500	28.626.600	53,61%
2011	6.106.900	6.162.600	12.269.500	31.039.600	39,53%
2012	7.632.600	7.045.600	14.678.200	33.902.800	43,29%
2013	7.283.000	7.179.500	14.462.500	37.312.200	38,76%



O Plano de Benefícios I – BD é um plano fechado para a entrada de novos participantes. Com isso tornou-se um plano maduro. Nos quadros acima, podemos notar isso com a constante diminuição dos participantes ativos e o aumento de participantes assistidos, além da diminuição do número de dependentes. Embora a receita de contribuições esteja ainda crescendo, a relação desta com os benefícios pagos está a cada ano mais baixa. Isso quer dizer que o fluxo de caixa primário (receita de contribuições – benefícios pagos) é negativo e a cada ano menor, normal em um plano maduro e fechado a novos participantes.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício, a carteira de investimentos do Plano de Benefícios I apresentava, em 31 de dezembro de 2013, a composição demonstrada a seguir.

Distribuição dos Investimentos por Segmento	Plano de Benefícios I			
	Junho/13	Dezembro/13	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	83,31%	82,36%	100%	100%
Renda Variável	8,43%	8,67%	20%	70%
Investimentos Estruturados	5,24%	5,35%	12%	20%
Investimentos no Exterior ⁽¹⁾	0,31%	0,13%	2%	10%
Imóveis	2,02%	2,25%	4%	8%
Operações com Participantes	1,19%	1,24%	3%	15%

(1) Os investimentos em ativos classificados no segmento de investimentos no exterior se restringem à eventual alocação, por parte dos Gestores dos Fundos de Investimento em Ações e Fundos Multimercado, em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de Companhia Aberta ou assemelhada com sede no exterior – Brazilian Depositary Receipts (BDR), conforme classificação estabelecida no art. 21 da Resolução CMN nº 3792/09.

Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado – PB I

Em 31.12.2013, o Plano de Benefícios I contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (em R\$)	Participação
Segmento de Renda Fixa	535.355.936,96	87,24%
Fundos de Renda Fixa	357.967.257,16	58,33%
FI Minuano Renda Fixa	235.657.112,73	38,40%
Banrisul Guarani Renda Fixa	122.310.144,43	19,93%
Fundos Multimercado com Renda Variável	177.388.679,80	28,91%
BBM Charrua FI Multimercado	177.388.679,80	28,91%
Segmento de Renda Variável	35.267.561,57	5,75%
Fundos de Investimento em Ações – FIAs	35.267.561,57	5,75%
BBM Smid Caps Valor FICFIA	8.302.500,51	1,35%
Franklin Templeton Valor e Liquidez FVL FIA	6.616.640,30	1,08%
BTG Pactual Absoluto Institucional FIQFIA	10.190.052,39	1,66%
JGP Institucional FIA	10.158.368,37	1,66%
Segmento de Investimentos Estruturados	43.026.096,79	7,01%
Fundos de Investimentos em Cotas FI	36.241.386,33	5,91%
BBM Aymoré FICFI	36.241.386,33	5,91%
Fundos de Investimentos em Participações - FIPs	6.784.710,46	1,11%
Rio Bravo Energia I - FIP	6.784.710,46	1,11%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	613.649.595,32	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-2.349,29	0,00%
Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado	613.647.246,03	100,00%

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE, em conformidade com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos quanto para preservação patrimonial (hedge), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2013, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

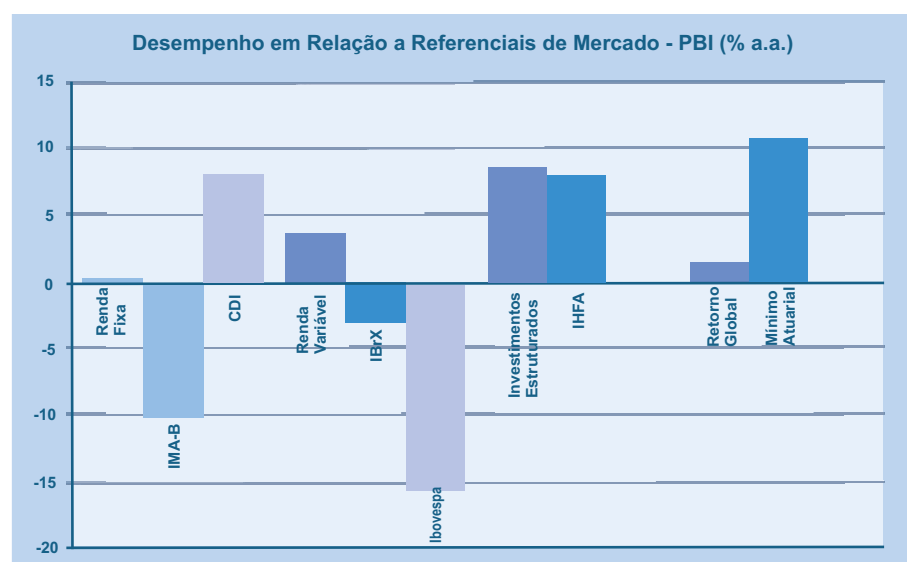
Os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado são os seguintes:

Nome	Retornos em 2013		Índices de Referência		Custos da Gestão Terceirizada		
	Retorno Líquido	Retorno Bruto	Índice	Varição em 2013	Taxa de Administração a.a	Taxa de Performance	Índice de Performance
Banrisul Guarani FI Renda Fixa	-2,01%	-1,91%	IMA-B	-10,02%	0,10%	Não cobra	-
BBM Charrua FIM	-2,15%	-1,76%	IMA-B	-10,02%	0,40%	Não cobra	-
FI Minuano Renda Fixa	1,32%	1,35%	IMA-B	-10,02%	0,05%	Não cobra	-
BTG Pactual Absoluto Inst. FIA	2,95%	6,05%	Ibovespa	-15,50%	3,00%	Não cobra	-
JGP Institucional FIA	6,82%	9,77%	Ibovespa	-15,50%	2,75%	Não Cobra	-
BBM Smid Caps FIC FIA	4,23%	6,26%	SMLL	-15,22%	1,90%	20%	SMLL
Franklin Templeton Valor e FVL FIA	-0,60%	1,38%	Ibovespa	-15,50%	2,00%	20%	Ibovespa
BBM Aymoré FICFIM	9,58%	9,74%	CDI	8,06%	0,15%	Não cobra	-
Rio Bravo Energia I FIP	0,28%	1,88%	-	-	1,60%	20%	IPCA+ 8% a.a

Performance dos Investimentos – PB I

A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios I no ano foi de 1,50%, correspondendo a 14,19% da meta atuarial e a 18,61% do CDI do período. A rentabilidade por segmento de aplicação e em relação aos referenciais de mercado de cada segmento estão demonstradas na tabela e no gráfico a seguir.

Segmento	Plano de Benefícios I		
	Rentabilidade Bruta em 2013	Referencial de Mercado/ Meta Atuarial	
		Varição em 2013	Índice
Renda Fixa	0,21%	-10,02%	IMA-B
Renda Variável	3,71%	-3,13%	IBrX
Investimentos Estruturados	8,42%	8,32%	IHFA
Imóveis	24,44%	10,57%	Meta Atuarial
Empréstimos a Participantes	13,04%	10,57%	Meta Atuarial
Outros (ações da Carteira Própria Residual)	15,33%	10,57%	Meta Atuarial
Total	1,50%		



Os segmentos de imóveis e empréstimos a participantes não são contemplados no gráfico por não terem referenciais de mercado. Já a rentabilidade do segmento de investimentos estruturados, apesar de estar referenciado ao índice IHFA, possui além da rentabilidade do fundo BBM Aymoré FICFIM a rentabilidade do FIP Rio Bravo Energia.

Importante registrar que, conforme o Plano de Custeio do PB I para 2013 aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE, sobre o patrimônio desse Plano incide uma taxa de administração de 0,5%, que é transferida para custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA. Assim, no PB I, para se obter a rentabilidade líquida dos investimentos por segmento de aplicação é necessário subtrair este percentual daqueles indicados na tabela acima.

GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PB I – CUSTOS

Os custos de administração do Plano de Benefícios I estão detalhados a seguir, compreendendo os custos de gestão administrativa previdencial, o custo incorrido com a gestão de investimentos e os custos globais de gestão do Plano.

Despesas com a Administração Previdencial

(Em R\$)

Despesas	1º Sem/13	2º Sem/13	12 Meses
Pessoal e Encargos	<u>771.082,59</u>	<u>836.816,08</u>	<u>1.607.898,67</u>
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	275.208,19	271.553,83	546.762,02
Pessoal Próprio	495.874,40	565.262,25	1.061.136,65
Treinamentos/Congressos e Seminários	8.075,32	5.548,86	13.624,18
Viagens e Estádias	8.323,91	9.005,86	17.329,77
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	<u>116.807,35</u>	<u>114.988,21</u>	<u>231.795,56</u>
Auditoria	9.546,90	9.713,46	19.260,36
Assessoria Jurídica	51.770,66	48.532,44	100.303,10
Assessoria Atuarial	36.796,89	37.823,78	74.620,67
Outras Consultorias	18.692,90	18.918,53	37.611,43
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	80.988,92	69.342,92	150.331,84
Amortizações e Depreciações	10.342,95	9.063,24	19.406,19
Contingencial (PIS e COFINS)	101.222,23	104.777,91	206.000,14
Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.096.843,27	1.149.543,08	2.246.386,35

Despesas com a Administração de Investimentos

(Em R\$)

Despesas	1º Sem/13	2º Sem/13	12 meses
Pessoal e Encargos	<u>902.620,98</u>	<u>981.101,39</u>	<u>1.883.722,37</u>
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	295.315,57	300.187,99	595.503,56
Pessoal Próprio	607.305,41	680.913,40	1.288.218,81
Treinamentos/Congressos e Seminários	6.404,13	23.411,56	29.815,69
Viagens e Estádias	5.715,39	6.954,73	12.670,12
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	<u>117.517,70</u>	<u>120.764,33</u>	<u>238.282,03</u>
Auditoria	9.546,85	9.713,41	19.260,26
Assessoria Jurídica	14.387,18	14.328,42	28.715,60
Custódia e Controladoria	16.210,75	16.400,77	32.611,52
Luz Engenharia Ltda	26.832,57	27.219,56	54.052,13
Outras Consultorias	50.540,35	53.102,17	103.642,52
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	86.414,76	80.117,19	166.531,95
Amortizações e Depreciações	10.342,91	9.063,24	19.406,15
Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.129.015,87	1.221.412,44	2.350.428,31

Custo Global da Administração

(Em R\$)

Despesas	1º Sem/13	2º Sem/13	12 meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.096.843,27	1.149.543,08	2.246.386,35
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.129.015,87	1.221.412,44	2.350.428,31
C) Total das Despesas Administrativas	2.225.859,14	2.370.955,52	4.596.814,66
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	641.242.966,90	636.164.105,01	638.703.535,96
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,17%	0,18%	0,35%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,18%	0,19%	0,37%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,35%	0,37%	0,72%

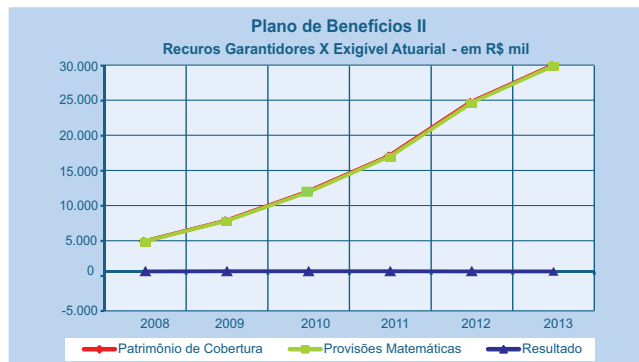
O custo global de gestão do Plano de Benefícios I, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas dos Investimentos foi, no exercício de 2013, equivalente a 0,72% dos recursos garantidores sob gestão, sendo 0,35% correspondentes à gestão administrativa previdencial e 0,37% o custo relativo à gestão de investimentos.

PLANO DE BENEFÍCIOS II – CV

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Evolução dos Recursos Garantidores e do Exigível Atuarial – PB II

Ano	Patrimônio de Cobertura	Provisões Matemáticas	Resultado
2008	5.338	5.338	-
2009	7.958	7.946	12
2010	11.616	11.604	12
2011	16.153	16.137	16
2012	22.963	22.959	4
2013	27.610	27.610	-



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – PB II

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em R\$ mil

Descri�o	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão %
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	25.707	18.031	42,57
1. Adi�es	5.478	7.889	(30,56)
(+) Contribui�es Previdenciais	4.940	3.922	25,96
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	538	3.967	(86,44)
2. Destina�es	(197)	(213)	(7,51)
(-) Benefícios	(197)	(213)	(7,51)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	5.281	7.676	(31,20)
(+/-) Provisões Matemáticas	4.651	6.822	(31,82)
(+/-) Fundos Previdenciais	633	866	(26,91)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(4)	(12)	
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	30.988	25.707	20,54
C) Fundos não Previdenciais	1.478	1.676	(11,81)
(+/-) Fundo Administrativo	1.478	1.676	(11,81)

Demonstrac o do Ativo Líquido – PB II

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

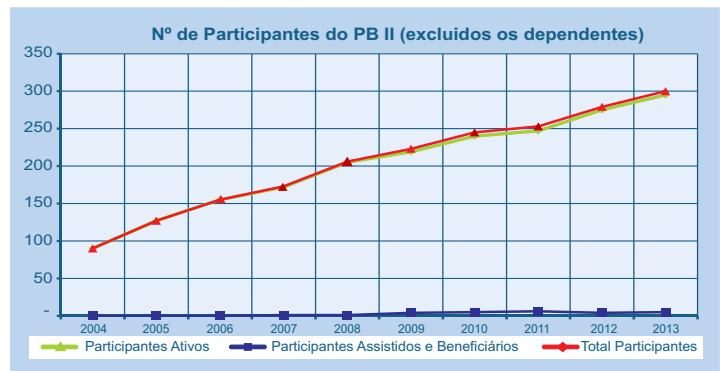
em R\$ mil

Descri�o	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão %
1. Ativos	32.467	27.386	18,55
Disponível	2	-	
Recebível	1.478	1.676	(11,81)
Investimento	30.987	25.710	20,53
A�es	11	8	37,50
Fundos de Investimento	28.618	23.740	20,55
Investimentos Imobiliários	535	480	11,46
Empréstimos	1.822	1.481	23,02
Depósitos Judiciais	1	1	
2. Obriga�es	1	3	(66,67)
Operacional	1	3	(66,67)
3. Fundos não Previdenciais	1.478	1.676	(11,81)
Fundo Administrativo	1.478	1.676	(11,81)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	30.988	25.707	20,54
Provisões Matemáticas	27.610	22.959	20,26
Superávit/Déficit Técnico	-	4	(100,00)
Fundos Previdenciais	3.378	2.744	23,10

GESTÃO PREVIDENCIAL

População Amparada pelo Plano de Benefícios II

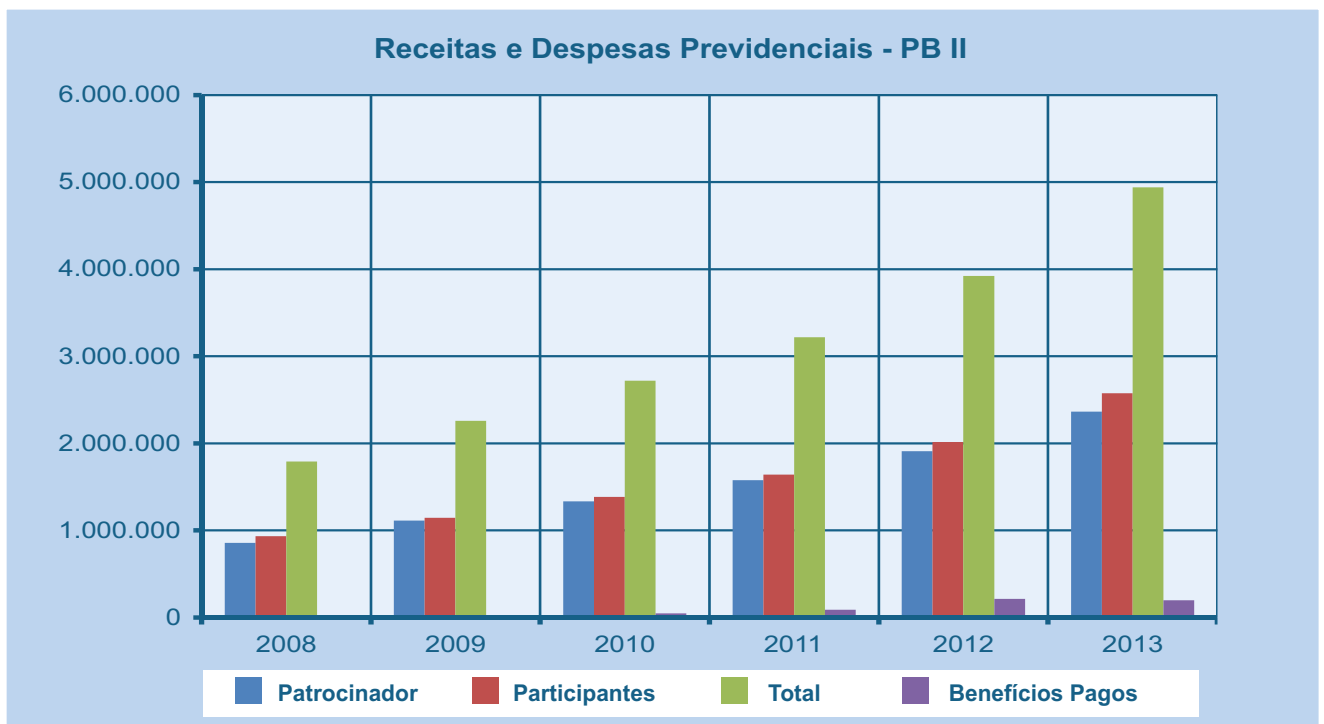
Ano	Partic. Ativos	Partic. Assistidos e Beneficiários	Total Partic.	Dependentes	Total Geral
2004	90	-	90	120	210
2005	127	-	127	169	296
2006	155	-	155	196	351
2007	172	1	173	221	394
2008	205	1	206	253	459
2009	219	4	223	285	508
2010	240	5	245	317	562
2011	247	6	253	342	595
2012	275	4	279	370	649
2013	297	5	302	408	710



Receita de Contribuição e Benefícios Pagos - PB II

Em R\$ 1,00

Ano	Receita de Contribuição			Benefícios Pagos
	Patrocinador	Participantes	Total	
2008	857.500	932.300	1.789.800	9.196
2009	1.112.500	1.145.900	2.258.400	19.995
2010	1.332.500	1.385.700	2.718.200	45.700
2011	1.576.700	1.640.900	3.217.600	89.930
2012	1.907.900	2.014.300	3.922.200	213.000
2013	2.364.800	2.575.000	4.939.800	197.600



GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício, a carteira de investimentos do Plano de Benefícios II apresentava, em 31 de dezembro de 2013, a composição demonstrada a seguir.

Distribuição dos Investimentos por Segmentos de Aplicação – PB II

Distribuição dos Investimentos por Segmento	Plano de Benefícios II			
	Junho/13	Dezembro/13	Política Aprovada	LIMites Legais
Renda Fixa	79,37%	78,85%	100%	100%
Renda Variável	8,04%	8,31%	20%	70%
Investimentos Estruturados	5,00%	5,11%	12%	20%
Investimentos no Exterior ⁽¹⁾	0,30%	0,12%	2%	10%
Imóveis	1,73%	1,73%	4%	8%
Operações com Participantes	6,04%	5,88%	15%	15%

(1) Os investimentos em ativos classificados no segmento de investimentos no exterior se restringem à eventual alocação, por parte dos Gestores dos Fundos de Investimento em Ações e Fundos Multimercado, em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de Companhia Aberta ou assemelhada com sede no exterior – Brazilian Depository Receipts (BDR), conforme classificação estabelecida no art. 21 da Resolução CMN nº 3792/09.

Composição e Custos de Gestão Terceirizada da Carteira em Mercado – PB II

Em 31.12.2013, o Plano de Benefícios II contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (em R\$)	Participação
Segmento de Renda Fixa	24.967.165,33	87,24%
Fundos de Renda Fixa	16.694.365,51	58,33%
FI Minuano Renda Fixa	10.990.239,74	38,40%
Banrisul Guarani Renda Fixa	5.704.125,77	19,93%
Fundos Multimercado com Renda Variável	8.272.799,82	28,91%
BBM Charrua FI Multimercado	8.272.799,82	28,91%
Segmento de Renda Variável	1.644.758,15	5,75%
Fundos de Investimento em Ações – FIAs	1.644.758,15	5,75%
BBM Smid Caps Valor FICFIA	387.200,16	1,35%
Franklin Templeton Valor e Liquidez FVL FIA	308.577,42	1,08%
BTG Pactual Absoluto Institucional FIQFIA	475.229,10	1,66%
JGP Institucional FIA	473.751,47	1,66%
Segmento de Investimentos Estruturados	2.006.589,63	7,01%
Fundos de Investimentos em Cotas FI	1.690.174,00	5,91%
BBM Aymoré FICFI	1.690.174,00	5,91%
Fundos de Investimentos em Participações - FIPs	316.415,63	1,11%
Rio Bravo Energia I - FIP	316.415,63	1,11%
Total De Ativos da Carteira Em Mercado	28.618.513,11	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-109,56	0,00%
Patrimônio Líquido da Carteira em Mercado	28.618.403,55	100,00%

Cabe registrar que, na gestão dos investimentos do ISBRE, em conformidade com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, é admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de melhores retornos quanto para preservação patrimonial (hedge), observados, contudo, os limites legais. No ano de 2013, os gestores dos Fundos de Investimento realizaram operações com derivativos de taxas de juros, ações e câmbio com o propósito de assumir posições direcionais e/ou para proteção de carteira.

Os custos da gestão terceirizada dos fundos de investimento que compõem a carteira em mercado são os seguintes:

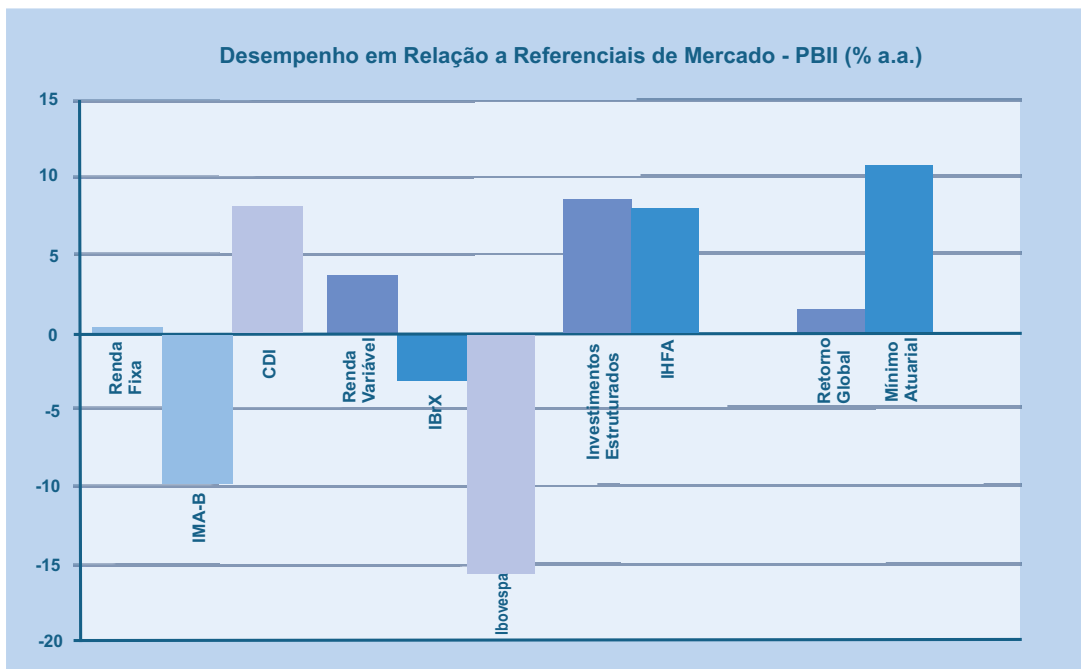
Nome	Retornos em 2013		Índices de Referência		Custos da Gestão Terceirizada		
	Retorno Líquido	Retorno Bruto	Índice	Varição em 2013	Taxa de Administração a.a	Taxa de Performance	Índice de Performance
Banrisul Guarani FI Renda Fixa	-2,01%	-1,91%	IMA-B	-10,02%	0,10%	Não cobra	-
BBM Charrua FIM	-2,15%	-1,76%	IMA-B	-10,02%	0,40%	Não cobra	-
FI Minuano Renda Fixa	1,32%	1,35%	IMA-B	-10,02%	0,05%	Não cobra	-
BTG Pactual Absoluto Inst. FIA	2,95%	6,05%	Ibovespa	-15,50%	3,00%	Não cobra	-
JGP Institucional FIA	6,82%	9,77%	Ibovespa	-15,50%	2,75%	Não Cobra	-
BBM Smid Caps FIC FIA	4,23%	6,26%	SMLL	-15,22%	1,90%	20%	SMLL
Franklin Templeton Valor e FVL FIA	-0,60%	1,38%	Ibovespa	-15,50%	2,00%	20%	Ibovespa
BBM Aymoré FICFIM	9,58%	9,74%	CDI	8,06%	0,15%	Não cobra	-
Rio Bravo Energia I FIP	0,28%	1,88%	-	-	1,60%	20%	IPCA+ 8% a.a

Performance dos Investimentos – PB II

A performance global dos investimentos do Plano de Benefícios II no ano foi de 1,93%, correspondendo a 18,26% da meta atuarial e a 23,94% do CDI do período.

A rentabilidade por segmento de aplicação e em relação aos referenciais de mercado de cada segmento estão demonstradas na tabela e no gráfico a seguir.

Segmento	Plano de Benefícios II		
	Rentabilidade Bruta em 2013	Referencial de Mercado/ Meta Atuarial	
		Varição em 2013	Índice
Renda Fixa	0,21%	-10,02%	IMA-B
Renda Variável	3,71%	-3,13%	IBrX
Investimentos Estruturados	8,42%	8,32%	IHFA
Imóveis	24,44%	10,57%	Meta Atuarial
Empréstimos a Participantes	12,67%	10,57%	Meta Atuarial
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	15,33%	10,57%	Meta Atuarial
Total	1,93%		



Os segmentos de imóveis e empréstimos a participantes não são contemplados no gráfico por não terem referenciais de mercado. Já a rentabilidade do segmento de investimentos estruturados, apesar de estar referenciado ao índice IHFA, possui além da rentabilidade do fundo BBM Aymoré FICFIM a rentabilidade do FIP Rio Bravo Energia.

Importante registrar que, conforme o Plano de Custeio do PB II para 2013 aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE, o custeio do Plano de Gestão Administrativa – PGA foi integralmente coberto pelo Fundo Administrativo do Plano. Assim, no PB II, a rentabilidade líquida dos investimentos por segmento de aplicação é igual à rentabilidade bruta indicada na tabela acima.

GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PB II – CUSTOS

Os custos de administração do Plano de Benefícios II estão detalhados a seguir, compreendendo os custos de gestão administrativa previdencial, o custo incorrido com a gestão de investimentos e os custos globais de gestão do Plano.

Despesas com a Administração Previdencial

(Em R\$)

Despesas	1º Sem/13	2º Sem/13	12 Meses
Pessoal e Encargos	<u>32.830,08</u>	<u>39.319,65</u>	<u>72.149,73</u>
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	11.695,37	12.765,41	24.460,78
Pessoal Próprio	21.134,71	26.554,24	47.688,95
Treinamentos/Congressos e Seminários	<u>353,72</u>	<u>259,45</u>	<u>613,17</u>
Viagens e Estadias	<u>362,55</u>	<u>424,04</u>	<u>786,59</u>
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	<u>3.545,79</u>	<u>3.794,31</u>	<u>7.340,10</u>
Auditoria	406,92	455,28	862,20
Assessoria Jurídica	773,84	671,58	1.445,42
Assessoria Atuarial	1.568,52	1.772,80	3.341,32
Outras Consultorias	796,51	894,65	1.691,16
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	<u>3.286,44</u>	<u>3.018,85</u>	<u>6.305,29</u>
Amortizações e Depreciações	<u>3.189,74</u>	<u>3.174,80</u>	<u>6.364,54</u>
Contingencial (PIS e COFINS)	<u>4.307,11</u>	<u>4.913,06</u>	<u>9.220,17</u>
Total das Despesas com a Administração Previdencial	47.875,43	54.904,16	102.779,59

Despesas com a Administração de Investimentos

(Em R\$)

Despesas	1º Sem/13	2º Sem/13	12 meses
Pessoal e Encargos	<u>38.455,96</u>	<u>46.064,27</u>	<u>84.520,23</u>
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	12.569,76	14.090,45	26.660,21
Pessoal Próprio	25.886,20	31.973,82	57.860,02
Treinamentos/Congressos e Seminários	<u>283,16</u>	<u>1.094,54</u>	<u>1.377,70</u>
Viagens e Estadias	<u>247,32</u>	<u>323,77</u>	<u>571,09</u>
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	<u>5.014,55</u>	<u>5.666,92</u>	<u>10.681,47</u>
Auditoria	406,91	455,27	862,18
Assessoria Jurídica	612,82	671,58	1.284,40
Custódia e Controladoria	690,38	768,91	1.459,29
Luz Engenharia Ltda	1.142,91	1.276,58	2.419,49
Outras Consultorias	2.161,53	2.494,58	4.656,11
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	<u>3.518,63</u>	<u>3.524,65</u>	<u>7.043,28</u>
Amortizações e Depreciações	<u>3.189,74</u>	<u>3.174,80</u>	<u>6.364,54</u>
Total das Despesas com a Administração de Investimentos	50.709,36	59.848,95	110.558,31

Custo Global da Administração

(Em R\$)

Despesas	1º Sem/13	2º Sem/13	12 meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	47.875,43	54.904,16	102.779,59
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	50.709,36	59.848,95	110.558,31
C) Total das Despesas Administrativas	98.584,79	114.753,11	213.337,90
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	27.811.356,13	30.988.711,92	29.400.034,03
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,17%	0,18%	0,35%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,18%	0,19%	0,38%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,35%	0,37%	0,73%

O custo global de gestão do Plano de Benefícios II, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas dos Investimentos foi, no exercício de 2013, equivalente a 0,73% dos recursos garantidores sob gestão, sendo 0,35% correspondentes à gestão administrativa previdencial e 0,38% o custo relativo à gestão de investimentos.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Todos os eventos contábeis de natureza administrativa das entidades de previdência privada fechadas têm seus registros no PGA – Plano de Gestão Administrativa, inclusive os investimentos em Ativo Permanente. Nele são registradas as despesas e os investimentos necessários para o funcionamento da entidade. A fim de custear estas despesas e investimentos, o PGA recebe recursos dos planos administrados pela entidade chamados de custeio administrativo, ou seja, o PGA é como se fosse um prestador de serviços para os Planos de Benefícios, que o remuneram pelo custo incorrido na administração.

O montante de recursos a ser destinado ao PGA é aprovado pelo Conselho Deliberativo da entidade no final de cada exercício, quando da aprovação do orçamento anual para o exercício seguinte. As despesas administrativas específicas de cada Plano de Benefícios são custeadas na totalidade pelo respectivo plano e as despesas comuns aos planos I e II do ISBRE são rateadas na proporcionalidade do patrimônio de cada plano. Eventuais sobras na execução orçamentária são registradas no Fundo Administrativo, base do patrimônio do PGA. No final do exercício de 2013 o valor do Fundo Administrativo é de R\$ 2.622 mil (2012: R\$ 2.804 mil).

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.804	2.837	(1,16)
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.628	4.716	(1,87)
1.1. Receitas	4.628	4.716	(1,87)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.301	1.321	(1,51)
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.299	2.811	17,36
Resultado Positivo dos Investimentos	28	584	(95,21)
2. Despesas Administrativas	4.810	4.749	1,28
2.1. Administração Previdencial	2.349	2.417	(2,81)
Pessoal e Encargos	1.680	1.708	(1,64)
Treinamentos/Congressos e Seminários	14	21	(33,33)
Viagens e Estadias	18	14	28,57
Serviços de Terceiros	239	269	(11,15)
Despesas Gerais	157	159	(1,26)
Depreciações e Amortizações	26	27	(3,70)
Contingências	215	219	(1,83)
2.2. Administração dos Investimentos	2.461	2.332	5,53
Pessoal e Encargos	1.968	1.857	5,98
Treinamentos/Congressos e Seminários	31	27	14,81
Viagens e Estadias	13	17	(23,53)
Serviços de Terceiros	249	237	5,06
Despesas Gerais	174	168	3,57
Depreciações e Amortizações	26	26	-
3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(182)	(33)	451,52
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	(182)	(33)	451,52
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	2.622	2.804	(6,49)

CUSTOS COM A GESTÃO ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIAL

No que se refere à administração previdencial, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2013.

Despesas com a Administração Previdencial

(Em R\$)

Despesas	1º Sem/13	2º Sem/13	12 meses
Pessoal e Encargos	803.912,67	876.135,73	1.680.048,40
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	286.903,56	284.319,24	571.222,80
Pessoal Próprio	517.009,11	591.816,49	1.108.825,60
Treinamentos/Congressos e Seminários	8.429,04	5.808,31	14.237,35
Viagens e Estadias	8.686,46	9.429,90	18.116,36
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, atuário e outros)	120.353,14	118.782,52	239.135,66
Auditoria	9.953,82	10.168,74	20.122,56
Assessoria Jurídica	52.544,50	49.204,02	101.748,52
Assessoria Atuarial	38.365,41	39.596,58	77.961,99
Outras Consultorias	19.489,41	19.813,18	39.302,59
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	84.275,36	72.361,77	156.637,13
Amortizações e Depreciações	13.532,69	12.238,04	25.770,73
Contingencial (PIS e COFINS)	105.529,34	109.690,97	215.220,31
Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.144.718,70	1.204.447,24	2.349.165,94

CUSTOS COM A GESTÃO DE INVESTIMENTOS

No que se refere à administração de investimentos, foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2013.

Despesas com a Administração de Investimentos

(Em R\$)

Despesas	1º Sem/13	2º Sem/13	12 meses
Pessoal e Encargos	941.076,94	1.027.165,66	1.968.242,60
Diretoria (Ressarcimento à Patrocinadora)	307.885,33	314.278,44	622.163,77
Pessoal Próprio	633.191,61	712.887,22	1.346.078,83
Treinamentos/Congressos e Seminários	6.687,29	24.506,10	31.193,39
Viagens e Estadias	5.962,71	7.278,50	13.241,21
Serviços de Terceiros (auditoria, advocacia, custódia e outros)	122.532,25	126.431,25	248.963,50
Auditoria	9.953,76	10.168,68	20.122,44
Assessoria Jurídica	15.000,00	15.000,00	30.000,00
Custódia e Controladoria	16.901,13	17.169,68	34.070,81
Luz Engenharia Ltda	27.975,48	28.496,14	56.471,62
Outras Consultorias	52.701,88	55.596,75	108.298,63
Despesas Gerais (aluguel, luz, telefone e outros)	89.933,39	83.641,84	173.575,23
Amortizações e Depreciações	13.532,65	12.238,04	25.770,69
Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.179.725,23	1.281.261,39	2.460.986,62

CUSTO GLOBAL DE ADMINISTRAÇÃO

Total Despesas com Administração da Entidade

(Em R\$)

Despesas	1º Sem/13	2º Sem/13	12 meses
A) Total das Despesas com a Administração Previdencial	1.144.718,70	1.204.447,24	2.349.165,94
B) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	1.179.725,23	1.281.261,39	2.460.986,62
C) Total das Despesas Administrativas	2.324.443,93	2.485.708,63	4.810.152,56
D) Recursos Garantidores sob Gestão (Valor Médio do Período)	672.112.754,52	670.167.609,06	671.140.181,79
E) Custo com Administração Previdencial (A / D)	0,17%	0,18%	0,35%
F) Custo com Administração dos Investimentos (B / D)	0,18%	0,19%	0,37%
G) Custo Total com Administração do ISBRE (C / D)	0,35%	0,37%	0,72%

O custo global de gestão do ISBRE, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas de Investimento e das Despesas Administrativas Previdenciais foi, no exercício de 2013, equivalente a 0,72% do patrimônio médio sob gestão, sendo 0,35% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,37% referentes à gestão de investimentos.

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Em consonância com a Política de Investimentos aprovada para o exercício, a carteira de investimentos do Plano de Gestão Administrativa apresentava, em 31 de dezembro de 2013, a composição demonstrada a seguir.

Distribuição dos Investimentos por Segmentos de Aplicação – PGA

Distribuição dos Investimentos por Segmento	Plano de Gestão Administrativa – PGA			
	Junho/13	Dezembro/13	Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	86,06%	85,36%	100%	100%
Renda Variável	8,71%	8,98%	20%	70%
Investimentos Estruturados	5,42%	5,53%	12%	20%
Investimentos no Exterior ⁽¹⁾	0,33%	0,13%	2%	10%
Imóveis	0,00%	0,00%	0%	8%

(1) Os investimentos em ativos classificados no segmento de investimentos no exterior se restringem à eventual alocação, por parte dos Gestores dos Fundos de Investimento em Ações e Fundos Multimercado, em certificados de depósito de valores mobiliários com lastro em ações de emissão de Companhia Aberta ou assemelhada com sede no exterior – Brazilian Depository Receipts (BDR), conforme classificação estabelecida no art. 21 da Resolução CMN nº 3792/09.

Composição da Carteira em Mercado

Em 31.12.2013, o Plano de Gestão Administrativa contava com a totalidade de seus recursos financeiros aplicados conforme composição a seguir detalhada.

Investimentos	Valor (em R\$)	Participação
Segmento de Renda Fixa	2.628.975,79	87,24%
Fundos de Renda Fixa	1.757.872,08	58,33%
FI Minuano Renda Fixa	1.157.242,88	38,40%
Banrisul Guarani Renda Fixa	600.629,20	19,93%
Fundos Multimercado com Renda Variável	871.103,71	28,91%
BBM Charrua FI Multimercado	871.103,71	28,91%
Segmento de Renda Variável	173.188,63	5,75%
Fundos de Investimento em Ações – FIAs	173.188,63	5,75%
BBM Smid Caps Valor FICFIA	40.771,14	1,35%
Franklin Templeton Valor e Liquidez FVL FIA	32.492,37	1,08%
BTG Pactual Absoluto Institucional FIQFIA	50.040,36	1,66%
JGP Institucional FIA	49.884,76	1,66%
Segmento de Investimentos Estruturados	211.288,52	7,01%
Fundos de Investimentos em Cotas FI	177.970,80	5,91%
BBM Aymoré FICFI	177.970,80	5,91%
Fundos de Investimentos em Participações - FIPs	33.317,72	1,11%
Rio Bravo Energia I - FIP	33.317,72	1,11%
Total de Ativos da Carteira em Mercado	3.013.452,94	100,00%
Contas a Pagar/Receber e Tesouraria	-11,54	0,00%
Patrimônio Líquido da Carteira Em Mercado	3.013.441,40	100,00%

Performance dos Investimentos – PGA

A performance global dos investimentos do PGA no ano foi de 1,08%, correspondendo a 10,22% da meta atuarial e a 13,40% do CDI do período.

Segmento	Plano de Gestão Administrativa - PGA		
	Rentabilidade Bruta em 2013	Referencial de Mercado/ Meta Atuarial	
		Varição em 2013	Índice
Renda Fixa	0,21%	-10,02%	IMA-B
Renda Variável	3,71%	-3,13%	IBrX
Investimentos Estruturados	8,42%	8,32%	IHFA
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	15,33%	10,57%	Meta Atuarial
TOTAL	1,08%		

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2014

A Política de Investimentos foi formulada pela Diretoria Executiva com o apoio técnico da equipe da área financeira e de investimentos e supervisão do Comitê de Investimentos. Em consonância com o que dispõe o Estatuto Social e a legislação vigente, essa política foi apreciada e aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião de 11.12.2013 e divulgada aos Participantes mediante publicação no portal do ISBRE.

A Política de Investimentos para 2014, a seguir sumarizada, manterá a estratégia de gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios integrada de forma ativa com o passivo atuarial, associada ao permanente aperfeiçoamento das práticas de gestão e de controles internos.

Foram definidos os seguintes limites de alocação por segmento de aplicação de recursos, sendo admitida a realização de operações com derivativos, tanto na busca de oportunidades de retorno quanto para proteção do patrimônio, observados, contudo, os limites legais por Plano.

Segmento	Plano de Benefícios I		
	Investimentos	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	80%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	20%	10%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	2%
Empréstimos a Participantes	Empréstimos	3%	2%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	12%	5%
Investimentos no Exterior	BDR	2%	1%

FI – Fundo de Investimento; FIA – Fundo de Investimento em Ações; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações; BDR – *Brazilian Depositary Receipts*.

Segmento	Plano de Benefícios II		
	Investimentos	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	76%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	20%	10%
Imóveis	Imóveis para Renda	4%	2%
Empréstimos a Participantes	Empréstimos	15%	6%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	12%	5%
Investimentos no Exterior	BDR	2%	1%

FI – Fundo de Investimento; FIA – Fundo de Investimento em Ações; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações; BDR – *Brazilian Depositary Receipts*.

Segmento	Plano de Gestão Administrativa - PGA		
	Investimentos	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	Baixo Risco de Crédito	100%	84%
Renda Variável	FIAs e FIs Multimercado	20%	10%
Investimentos Estruturados	FICFI Multimercado e FIP	12%	5%
Investimentos no Exterior	BDR	2%	1%

FI – Fundo de Investimento; FIA – Fundo de Investimento em Ações; FICFI – Fundo de Investimento em Contas de Fundos de Investimento; FIP – Fundo de Investimento em Participações; BDR – *Brazilian Depositary Receipts*.

Serão observados os seguintes limites na alocação por emissor:

Alocação por Emissor			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
Tesouro Nacional	100,00%	0,00%	0,00%
Companhia Aberta Não Financeira	2,00%	0,00%	0,00%
Instituição Financeira	4,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	10,00%	0,00%	0,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos estruturados	3,00%	0,00%	0,00%

Serão observados os seguintes limites na concentração por emissor:

Concentração por Emissor			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% do Capital total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma mesma SPE	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	5,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	15,00%	0,00%	0,00%
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos no Exterior	25,00%	0,00%	0,00%

Além dos limites descritos na tabela acima, existem os seguintes limites adicionais:

1. a alocação em Fundos de Direitos Creditórios (FIDC) é permitida apenas naqueles com classificação mínima igual à AAA, limitados a 5% (cinco por cento) do patrimônio em cada FIDC;
2. a alocação em cotas de Fundos de Investimentos que investem em títulos de emissão de Companhias Securitizadas deverá respeitar a classificação de baixo risco de crédito, limitados a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo;
3. a alocação em fundos classificados como investimentos estruturados, excetuando-se os Fundos Multimercado, não deve ser superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

Serão observados os seguintes limites na concentração por investimentos:

Concentração por Investimentos			
Emissor	Baixo Risco	Médio Risco	Alto Risco
% de uma Mesma Classe ou Série de Cotas de FIDC	5,00%	0,00%	0,00%

São os seguintes os ratings mínimos aplicáveis à avaliação de baixo risco de crédito, estando nominadas as agências classificadoras aceitas:

Rating Mínimo	Agência Classificadora de Risco		
	Standard & Poors	Moodys	Fitchrating
Baixo Risco de Crédito	AAA AA+, AA, AA- A+, A, A-	Aaa Aa1, Aa2, Aa3 A1, A2, A3	AAA AA+, AA, AA- A+, A, A-

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - BALANÇO PATRIMONIAL (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em R\$ mil

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL	39	5	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.034	1.102
REALIZÁVEL	674.227	690.379	Gestão Previdencial	1.469	515
Gestão Previdencial	2.863	3.452	Gestão Administrativa	545	530
Gestão Administrativa	1.216	998	Investimentos	20	57
Investimentos	670.148	685.929	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	7.964	10.084
Ações	251	233	Gestão Previdencial	6.770	9.105
Fundos de Investimento	645.281	663.480	Gestão Administrativa	1.194	979
Investimentos Imobiliários	14.872	13.423	PATRIMÔNIO SOCIAL	664.398	679.337
Empréstimos	9.716	8.765	Patrimônio de Cobertura do Plano	654.450	669.375
Depósitos Judiciais	28	28	Provisões Matemáticas	644.478	615.049
PERMANENTE	130	139	Benefícios Concedidos	401.992	369.735
Imobilizado	77	83	Benefícios a Conceder	242.486	245.314
Intangível	51	46	Equilíbrio do Plano	9.972	54.326
Diferido	2	10	Resultados Realizados	9.972	54.326
			Superávit Técnico Acumulado	9.972	54.326
			Fundos	9.948	9.962
			Fundo Previdencial	7.326	7.158
			Fundo Administrativo	2.622	2.804
TOTAL DO ATIVO	674.396	690.523	TOTAL DO PASSIVO	674.396	690.523

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Patrimônio Social - Início do Exercício	679.337	582.396	16,65
1. Adições	29.368	137.695	(78,67)
(+) Contribuições Previdenciais	18.105	17.279	4,78
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.635	115.699	(94,27)
(+) Receitas Administrativas	4.600	4.133	11,30
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	28	584	(95,21)
2. Destinações	(44.307)	(40.754)	8,72
(-) Benefícios	(37.510)	(34.116)	9,95
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.987)	(1.889)	5,19
(-) Despesas Administrativas	(4.595)	(4.530)	1,43
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(215)	(219)	(1,83)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(14.939)	96.941	(115,41)
(+/-) Provisões Matemáticas	29.429	95.648	(69,23)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(44.354)	974	(4.653,80)
(+/-) Fundos Previdenciais	168	352	(52,27)
(+/-) Fundos Administrativos	(182)	(33)	451,52
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	664.398	679.337	(2,20)

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefícios Definidos - PBI

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	650.825	561.528	15,90
1. Adições	20.563	126.410	(83,73)
(+) Contribuições Previdenciais	14.466	14.678	(1,44)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	6.097	111.732	(94,54)
2. Destinações	(40.600)	(37.113)	9,40
(-) Benefícios	(37.312)	(33.903)	10,06
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.987)	(1.889)	5,19
(-) Custeio Administrativo	(1.301)	(1.321)	(1,51)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(20.037)	89.297	(122,44)
(+/-) Provisões Matemáticas	24.778	88.825	(72,10)
(+/-) Fundos Previdenciais	(465)	(513)	(9,36)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(44.350)	985	(4.602,54)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	630.788	650.825	(3,08)
C) Fundos não Previdenciais	1.144	1.128	1,42
(+/-) Fundo Administrativo	1.144	1.128	1,42

Plano de Contribuição Variável - PBII

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	25.707	18.031	42,57
1. Adições	5.478	7.889	(30,56)
(+) Contribuições Previdenciais	4.940	3.922	25,96
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	538	3.967	(86,44)
2. Destinações	(197)	(213)	(7,51)
(-) Benefícios	(197)	(213)	(7,51)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	5.281	7.676	(31,20)
(+/-) Provisões Matemáticas	4.651	6.822	(31,82)
(+/-) Fundos Previdenciais	633	866	(26,91)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(4)	(12)	
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	30.988	25.707	20,54
C) Fundos não Previdenciais	1.478	1.676	(11,81)
(+/-) Fundo Administrativo	1.478	1.676	(11,81)

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefícios Definidos - PBI

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	640.190	661.627	(3,24)
Disponível	37	4	825,00
Recebível	4.007	4.580	(12,51)
Investimento	636.146	657.043	(3,18)
Ações	239	223	7,17
Fundos de Investimento	613.649	636.629	(3,61)
Investimentos Imobiliários	14.337	12.880	11,31
Empréstimos	7.894	7.284	8,37
Depósitos Judiciais	27	27	
2. Obrigações	8.258	9.673	(14,63)
Operacional	1.488	568	161,97
Contingencial	6.770	9.105	(25,65)
3. Fundos não Previdenciais	1.144	1.128	1,42
Fundo Administrativo	1.144	1.128	1,42
4. Ativo Líquido (1-2-3)	630.788	650.826	(3,08)
Provisões Matemáticas	616.868	592.090	4,18
Superávit/Déficit Técnico	9.972	54.322	(81,64)
Fundos Previdenciais	3.948	4.414	(10,56)

Plano de Contribuição Variável - PB II

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
1. Ativos	32.467	27.386	18,55
Disponível	2	-	
Recebível	1.478	1.676	(11,81)
Investimento	30.987	25.710	20,53
Ações	11	8	37,50
Fundos de Investimento	28.618	23.740	20,55
Investimentos Imobiliários	535	480	11,46
Empréstimos	1.822	1.481	23,02
Depósitos Judiciais	1	1	
2. Obrigações	1	3	(66,67)
Operacional	1	3	(66,67)
3. Fundos não Previdenciais	1.478	1.676	(11,81)
Fundo Administrativo	1.478	1.676	(11,81)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	30.988	25.707	20,54
Provisões Matemáticas	27.610	22.959	20,26
Superávit/Déficit Técnico	-	4	(100,00)
Fundos Previdenciais	3.378	2.744	23,10

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (CONSOLIDADA)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.804	2.837	(1,16)
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.628	4.716	(1,87)
1.1. Receitas	4.628	4.716	(1,87)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.301	1.321	(1,51)
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.299	2.811	17,36
Resultado Positivo dos Investimentos	28	584	(95,21)
2. Despesas Administrativas	4.810	4.749	1,28
2.1. Administração Previdencial	2.349	2.417	(2,81)
Pessoal e Encargos	1.680	1.708	(1,64)
Treinamentos/Congressos e Seminários	14	21	(33,33)
Viagens e Estadias	18	14	28,57
Serviços de Terceiros	239	269	(11,15)
Despesas Gerais	157	159	(1,26)
Depreciações e Amortizações	26	27	(3,70)
Contingências	215	219	(1,83)
2.2. Administração dos Investimentos	2.461	2.332	5,53
Pessoal e Encargos	1.968	1.857	5,98
Treinamentos/Congressos e Seminários	31	27	14,81
Viagens e Estadias	13	17	(23,53)
Serviços de Terceiros	249	237	5,06
Despesas Gerais	174	168	3,57
Depreciações e Amortizações	26	26	-
3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	(182)	(33)	451,52
4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)	(182)	(33)	451,52
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)	2.622	2.804	(6,49)

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO
Plano de Benefícios Definidos - PBI

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	639.046	660.499	(3,25)
1. Provisões Matemáticas	616.868	592.090	4,18
1.1. Benefícios Concedidos	401.656	369.414	8,73
Benefício Definido	401.656	369.414	8,73
1.2. Benefício a Conceder	215.212	222.676	(3,35)
Benefício Definido	215.212	222.676	(3,35)
2. Equilíbrio Técnico	9.972	54.322	(81,64)
2.1. Resultados Realizados	9.972	54.322	(81,64)
Superávit técnico acumulado	9.972	54.322	(81,64)
3. Fundos	3.948	4.414	(10,56)
3.1 Fundos Previdenciais	3.948	4.414	(10,56)
4. Exigível Operacional	1.488	568	161,97
4.1 Gestão Previdencial	1.488	568	161,97
5. Exigível Contingencial	6.770	9.105	(25,65)
5.1 Gestão Previdencial	6.770	9.105	(25,65)

Plano de Contribuição Variável - PBII

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2 + 3 + 4)	30.989	25.710	20,53
1. Provisões Matemáticas	27.610	22.959	20,26
1.1. Benefícios Concedidos	336	322	4,35
Benefício Definido	336	322	4,35
1.2. Benefício a Conceder	27.274	22.637	20,48
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	11.430	9.564	19,51
Saldo de contas - parcela participantes	15.844	13.073	21,20
2. Equilíbrio Técnico	-	4	(100,00)
2.1. Resultados Realizados	-	4	(100,00)
Superávit técnico acumulado	-	4	(100,00)
3. Fundos	3.378	2.744	23,10
3.1 Fundos Previdenciais	3.378	2.744	23,10
4. Exigível Operacional	1	3	(66,67)
4.1 Gestão Previdencial	1	3	(66,67)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja atividade é regulada pelas Leis Complementares nos. 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, bem como pelas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, no que se refere às questões de natureza previdenciária e administrativa, e pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, nos aspectos relativos à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios.

O ISBRE tem como objetivo estatutário o pagamento de benefícios suplementares, ou assemelhados, às prestações asseguradas pela Previdência Oficial (Regime Geral da Previdência Social) aos grupos familiares dos empregados do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE e do próprio ISBRE, na forma prevista nos regulamentos dos planos de benefícios por ele administrados.

Para a consecução desse objetivo, o ISBRE dispõe de recursos financeiros oriundos das contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, bem como das receitas decorrentes das aplicações desses recursos.

O ISBRE administra dois planos de benefícios distintos: o Plano de Benefícios I, de modalidade Benefício Definido – BD e o Plano de Benefícios II, na modalidade de Contribuição Variável – CV.

Na tabela a seguir demonstramos a evolução dos participantes, por planos de benefícios e no total, nos últimos cinco anos.

Ano	Plano de Benefício I				Plano de Benefício II				Total Geral
	Ativos	BPD(1)	Assistidos	Total PB I	Ativos	BPD(1)	Assistidos	Total PB II	
2009	234	-	362	596	220	-	3	223	819
2010	229	-	366	595	242	-	3	245	840
2011	220	1	372	593	250	-	3	253	846
2012	211	1	374	586	279	-	3	282	868
2013	198	2	382	582	299	1	3	303	885

(1) Benefício Proporcional Diferido

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – (CNPC), ex-Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC e pela Secretaria da Previdência Complementar – SPC, hoje denominada Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, dentre estas, em especial, a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, da SPC. A Resolução CNPC nº. 8 determina que as Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem elaboradas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, serão compostas pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS Consolidada, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios– DAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT, por plano de benefício previdencial.

2.1 Consolidação das Demonstrações

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC n.º 8, de 31 de outubro de 2011 e a Resolução n.º. 2792, de 22 de janeiro de 2010 (ITG 2001 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar).

No processo de consolidação das demonstrações contábeis do ISBRE foram realizadas as seguintes eliminações no exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Ativo	Em milhares de reais		
	PB I	PB II	CONSOLIDADO
Gestão administrativa - participação no PGA	1.144	1.478	(2.622)
	1.144	1.478	(2.622)
Passivo			
Fundos - participação no fundo administrativo	(1.144)	(1.478)	2.622
	(1.144)	(1.478)	2.622

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas estão a seguir descritas.

3.1 Ativo Realizável – Gestão Previdencial e Administrativa

São apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

3.2 Ativo Realizável – Investimentos

a) Renda fixa e renda variável

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar, por meio da Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC n.º 22, de 25 de setembro de 2006, estabeleceu critérios para o registro e a avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, segundo as duas categorias, a saber:

Títulos para negociação - Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

b) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição, os quais são ajustados periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente dos imóveis fixados em seus respectivos laudos de avaliação/reavaliação.

Os imóveis são reavaliados periodicamente, de acordo com a legislação vigente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com o resultado.

c) Operações com Participantes

Referem-se a empréstimos concedidos a participantes, registrados ao valor concedido, acrescido dos rendimentos dos respectivos contratos auferidos até a data do balanço.

3.3 Ativo Permanente

Os bens do Imobilizado encontram-se demonstrados pelo respectivo custo de aquisição, ajustado pelas movimentações de aquisições e baixas no período e pelas depreciações calculadas pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na Nota 6.

O Intangível e o Diferido são demonstrados pelo custo de aquisição dos softwares, ajustado pelas aquisições e baixas no período e pelas amortizações calculadas pelo método linear, com base na taxa de 20% ao ano.

3.4 Exigível Operacional

É demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.5 Estimativas Contábeis

As contas sujeitas a estimativas tiveram seu valor apurado a partir de fatores objetivos e subjetivos, estes últimos com base no julgamento da Administração sobre a sua adequação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem basicamente os passivos relacionados a reservas matemáticas e contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.6 Resultado das Operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

3.7 Custeio Administrativo

As despesas administrativas previdenciais do ISBRE são suportadas por contribuições específicas, denominadas taxas de administração e/ou de carregamento, as quais são estabelecidas anualmente pelo Conselho Deliberativo da Fundação com base nos resultados da Avaliação Atuarial, e pelo Fundo Administrativo, formado com eventuais saldos positivos obtidos das diferenças entre os custos imputados pelas referidas taxas e o dispêndio efetivo.

3.8 Transferências e Fluxo de Recursos

Os critérios utilizados nas transferências interplanos e o fluxo de valores entre a Gestão Previdencial e Administrativa e os Investimentos, foram:

a) Gestão Previdencial

Recebe fluxo de recursos do resultado dos investimentos, deduzido o valor transferido para custear as despesas administrativas dos investimentos e transfere recursos para o Plano de Gestão Administrativa para o custeio da administração previdencial.

b) Gestão Administrativa

Recebe recursos transferidos da Gestão Previdencial dos planos de benefícios para cobertura de despesas administrativas, conforme previsto Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo. Recebe ainda, valores transferidos dos investimentos dos planos de benefícios, referente aos recursos para cobertura das despesas administrativas dos mesmos, além do resultado dos investimentos do Fundo Administrativo.

c) Investimentos

As receitas dos investimentos mensais líquidas de cada plano de benefícios, depois de deduzidas do custo da administração dos investimentos, são enviadas para a Gestão Previdencial. Já o resultado dos investimentos administrativos é transferido para o Plano de Gestão Administrativa.

4. ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Descrição	Em milhares de reais	
	2013	2012
Depósitos Judiciais	2.562	3.142
Depósitos Recursais	301	310
	<u>2.863</u>	<u>3.452</u>

Os valores demonstrados acima se referem a depósitos para garantia de execução e interpor recursos das ações judiciais movidas por participantes contra o ISBRE.

5. ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Descrição	Em milhares de reais	
	2013	2012
Créditos Privados e Depósitos		
CDB	1.728	1.728
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.728)	(1.728)
	<u>-</u>	<u>-</u>
Ações		
Carteira Própria	251	233
	<u>251</u>	<u>233</u>
Fundos de Investimentos		
Renda Fixa	247.805	130.963
Ações	37.085	25.893
Multimercado	353.257	503.518
Participações	7.134	3.106
	<u>645.281</u>	<u>663.480</u>
Investimentos Imobiliários		
Aluguéis para Renda		
Edificações Locadas ao Patrocinador	4.331	
Edificações Locadas a Terceiros	82	618
	<u>4.413</u>	<u>3.571</u>
Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários	10.459	
	<u>10.459</u>	<u>9.852</u>
	<u>14.872</u>	<u>13.423</u>
Operações com Participantes		
Empréstimos Simples	9.716	8.765
	<u>9.716</u>	<u>8.765</u>
Depósitos Judiciais / Recursais		
Depósitos Judiciais	28	28
	<u>28</u>	<u>28</u>
	<u>670.148</u>	<u>685.929</u>

O atual Custodiante do ISBRE é o Banco Itaú S.A., o qual é também responsável pela prestação de serviços de controladoria e precificação dos fundos de investimentos, pela elaboração do Demonstrativo de Investimentos (DI) e pelo cálculo das cotas dos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável.

5.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa registra os valores necessários para cobrir os riscos de perda referentes a aplicações financeiras, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

5.2 Ações (Carteira Própria)

Na Carteira Própria (Ações – Mercado à Vista) estão registrados os valores referentes ao saldo de ações atualmente sem negociação em Bolsa de Valores, precificadas pelo seu valor patrimonial. As demais aplicações em Renda Variável, conforme a Política de Investimentos do ISBRE são feitas via Fundos de Investimento.

5.3 Fundos de Investimentos

5.3.1 Gestão de Investimentos

Atualmente, a estrutura operacional de gestão dos recursos em mercado está composta da seguinte forma:

Fundos	Gestor	Em milhares de reais	
		2013	2012
Fundos Exclusivos			
Renda Fixa			
FI Minuano Renda Fixa	Votorantim Asset Management	247.805	130.963
		247.805	130.963
Multimercado			
BBM Aymoré FICFI Multimercado	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A.	38.109	34.779
Credit Suisse Guaianás FIM	Banco de Investimentos Credit Suisse Brasil Ltda	-	85.434
Banrisul Guarani FI Multimercado	Banrisul S.A.	128.615	192.666
BBM FI Charrua Multimercado	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A.	186.533	190.639
		353.257	503.518
Fundos Abertos			
Ações			
RB Fundamental FIA	Fundamental Investimentos Ltda	-	3.678
GAP Ações FIA	GAP Prudential LT Gestão de Recursos Ltda	-	13.839
BBM Smid Caps FIC FA	BBM Administradora de Recursos DTVM S.A.	8.730	8.376
FT Valor e Liquidez FIA	Franklin Templeton Investimentos (Brasil) Ltda	6.958	-
BTG Pactual Absoluto Institucional FIQ FIA	BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	10.715	-
JGP Institucional FIA	JGP Gestão de Recursos Ltda	10.682	-
		37.085	25.893
Participações			
Fundo de Participações Rio Bravo Energia I	Fundamental Investimentos Ltda	7.134	3.106
		7.134	3.106
		645.281	663.480

5.3.2 Classificação dos Títulos e Valores Mobiliários

Conforme estabelece a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários do ISBRE em 31 de dezembro de 2012 estão registrados e classificados como demonstrado abaixo:

Tipo de título	Custo de aquisição	Valor de avaliação	Em milhares de reais
			Faixas de vencimento
Renda Fixa			
Títulos para negociação (valor de mercado)			
NTN-B	235.232	238.932	acima de 360 dias
NTN-B	11.333	12.180	até 360 dias
Títulos Compromissados (Over)	122.117	122.162	indeterminado
Fundo de Ações	20.017	20.961	indeterminado
	388.699	394.235	
Títulos mantidos até o vencimento (valor de curva)			
NTN-B	148.630	168.813	acima de 360 dias
	148.630	168.813	
(-) Contas a Pagar/Receber		(144)	
Tesouraria		47	
Total Renda Fixa	537.329	562.951	
NTN-B – Nota do Tesouro Nacional, série B			

Com referência aos títulos a serem mantidos até o vencimento, o ISBRE possui capacidade financeira para mantê-los em carteira até o seu resgate. Em 31 de dezembro de 2013, o valor de avaliação a preço de mercado, desses mesmos títulos, é de R\$ 160.420 mil (2012: R\$ 127.852 mil).

5.4 Investimentos Imobiliários

5.4.1 Edificações Locadas ao Patrocinador e a Terceiros

Os valores dos Investimentos Imobiliários encontram-se demonstrados pelo custo de aquisição dos bens, ajustados pelas movimentações de aquisições e vendas durante o exercício, além das reavaliações e depreciações.

Os valores das edificações são depreciados pela vida útil remanescente indicada nos respectivos Laudos de Avaliação.

Durante o exercício foram reavaliados os imóveis da Rua Uruguai, 155, salas 111 a 117 e 1201 a 1217 e Rua Uruguai, 167 – loja e sobreloja, em Porto Alegre. As avaliações foram realizadas por empresa especializada, Engebê – Empresa Brasileira de Engenharia Econômica Ltda.

Descrição	Valor da Reavaliação	Em milhares de reais	
		Valor Contábil	Varição
Rua Uruguai, 155 - salas 111 a 117	343	251	92
Rua Uruguai, 155 – salas 1201 a 1217	2.106	1.455	651
Rua Uruguai, 167 – loja e sobreloja	1.795	1.121	674
	<u>4.244</u>	<u>2.827</u>	<u>1.417</u>

Com a rescisão do contrato de compra e venda entre ISBRE e Delmar José Tarrasconi, conforme decisão do processo 0401281-20.2007.8.21.0001 da 16ª Vara Cível de Porto Alegre, o ISBRE voltou a ser o proprietário das salas 201 a 212 e 214 a 224 da Galeria do Rosário, em Porto Alegre, entretanto, os usuários destes imóveis permaneceram com a posse. Para evitarmos novas demandas judiciais, certamente demoradas e gravosas para a Fundação, no decorrer do exercício de 2012, conforme autorizado pelo Conselho Deliberativo, passamos a negociar estas salas preferencialmente com os próprios ocupantes ou, eventualmente, alienando imóveis ocupados, ficando a desocupação a cargo dos adquirentes.

As salas 211, 212, 216 e 223 da Galeria do Rosário, em Porto Alegre, vendidas no exercício de 2012, foram escrituradas no decorrer do ano de 2013. No corrente exercício, foi vendido ainda, o imóvel da Rua Félix da Cunha, 610, em Pelotas - RS.

5.4.2 Direitos de Alienação de Investimentos Imobiliários

Demonstra os saldos das operações de venda de imóveis realizadas a prazo, os quais são corrigidos pela variação dos índices de inflação e juros convencionados nos respectivos Contratos de Promessa de Compra e Venda e/ou Escrituras.

Imóvel	Correção do contrato	Em milhares de reais	
		2013	2012
João Gualberto, 530/570	INPC + juros de 6% ao ano	9.918	9.708
Félix da Cunha, 610, Pelotas - RS	INPC + juros de 6% ao ano	540	-
Galeria do Rosário – sala 202	Juros de 1% ao mês	-	10
Galeria do Rosário – sala 203	Juros de 1% ao mês	-	12
Galeria do Rosário – sala 216	Juros de 1% ao mês	1	-
Galeria do Rosário - salas 219, 220 e 224	Juros de 1% ao mês	-	10
Mariante, 288 – sala 807 e box 2	INPC + juros de 8% ao ano	-	112
		<u>10.459</u>	<u>9.852</u>

5.4.3 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Estão provisionados os seguintes valores necessários para cobrir os riscos de perda relativos a aluguel e venda de imóveis a prazo, conforme estabelece o item 11 do Anexo A da Instrução da SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009.

Imóvel	Descrição	Em milhares de reais	
		2013	2012
Galeria do Rosário – 2º andar (1)	IPTU, Condomínio e Custas Judiciais	-	(498)
São Luiz, 77 (2)	Multa rescisória	(621)	(621)
		<u>(621)</u>	<u>(1.119)</u>

(1) Embora os imóveis tenham retornado para a carteira do ISBRE, em 2012 continuava a ação judicial para cobrança de taxa de ocupação, condomínio e impostos pagos pelo ISBRE durante a vigência do contrato.

(2) Em cobrança judicial.

5.5 Operações com Participantes

Esta conta registra o saldo dos empréstimos concedidos aos Participantes Ativos e Assistidos do ISBRE, em consignação. Os encargos financeiros praticados encontram-se explicitados nos respectivos instrumentos contratuais e são apropriados mensalmente ao resultado.

Indexador	Juros	Em milhares de reais	
		2013	2012
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	10%	-	1
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	9%	6	17
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	8%	20	177
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	7,5%	172	941
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	7%	3.483	6.921
Índice Nacional de Preço do Consumidor – INPC	6%	6.035	708
		<u>9.716</u>	<u>8.765</u>

6. ATIVO PERMANENTE

Descrição	Taxas depreciação -%a.a.	Em milhares de reais	
		2013	2012
Imobilizado			
Móveis e Utensílios	10%	20	16
Máquinas e Equipamentos	10%	35	35
Direitos de Uso de Telefones		2	2
Computadores e Periféricos	20%	185	169
Depreciação Acumulada		(165)	(139)
		<u>77</u>	<u>83</u>
Intangível			
Software	20%	97	78
Benfeitorias	20%	3	-
Depreciação		(49)	(32)
		<u>51</u>	<u>46</u>
Diferido			
Software	20%	95	95
Benfeitorias	20%	109	109
Depreciação Acumulada		(202)	(194)
		<u>2</u>	<u>10</u>
		<u>130</u>	<u>139</u>

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

7.1 Gestão Previdencial

Além do saldo da provisão do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre benefícios pagos em dezembro do corrente exercício e que será recolhido em janeiro de 2014, esta conta registra o saldo de um pecúlio e valores devidos a patrocinadora referentes à liquidação de ações judiciais de participantes.

7.2 Gestão Administrativa

Demonstra os valores da provisão dos encargos sociais e fiscais referentes ao 13º salário e a folha de pagamento do mês de dezembro do corrente ano, além das provisões trabalhistas e outros valores a pagar conhecidos ou calculáveis até 31 de dezembro de 2013.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

8.1 Gestão Previdencial

As provisões contingenciais previdenciais passivas foram calculadas conforme a Resolução CFC nº 1.180/09, isto é, as ações judiciais que no entendimento das consultorias jurídicas representam risco de perda provável foram contabilizadas. Aquelas classificadas como possível perda não foram contabilizadas e estão divulgadas nesta Nota Explicativa.

As contingências são classificadas como prováveis quando a chance do evento ocorrer é maior que 50%, e, como possível, quando o evento tem probabilidade menor do que 50% de ocorrer.

Descrição	2013	Em milhares de reais	
		2013	2012
Provável (contabilizada)	6.770	9.105	
Possível (não contabilizada)	3.623	3.009	
	<u>10.393</u>	<u>12.114</u>	

Os valores acima demonstram o impacto financeiro passado de cada ação em 31/12/2013, considerando 50% da probabilidade de cobrar a contribuição tanto do patrocinador como do participante.

8.2 Gestão Administrativa

Na área administrativa, o saldo de R\$ 1.194 mil (2012: R\$ 979 mil) representa a provisão relativa a ação judicial movida pelo ISBRE contra a Receita Federal do Brasil para recuperar pagamentos de PIS/PASEP e COFINS julgados indevidos. Conservadoramente, o ISBRE optou por fazer depósito judicial das contribuições tidas como devidas pela Receita Federal. Em 31 de dezembro de 2013, os valores depositados em juízo somam R\$ 1.174 mil (2012: R\$ 960 mil).

9. PATRIMÔNIO SOCIAL

9.1 Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas em bases atuariais e encontram-se fundamentadas em parecer atuarial específico para cada plano de benefícios. As hipóteses e premissas atuariais adotadas estão detalhadamente descritas nos pareceres atuariais emitidos pela consultoria atuarial do ISBRE, Mirador Assessoria Atuarial Ltda..

O passivo atuarial, que é expresso pelas Provisões Matemáticas, está composto da seguinte forma:

Descrição	Em milhares de reais	
	2013	2012
Plano I – Benefício Definido		
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	353.533	324.842
Encargos Futuros	441.935	405.910
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(44.201)	(40.534)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(44.201)	(40.534)
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	48.123	44.572
Encargos Futuros	55.547	51.724
Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(3.712)	(3.576)
Contribuições Futuras dos Participantes Assistidos	(3.712)	(3.576)
	401.656	369.414
Benefícios a Conceder		
Benefício Definido Estruturado Regime de Capitalização		
Programada	211.838	219.685
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	262.248	272.341
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(25.205)	(26.328)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(25.205)	(26.328)
Benefícios Definido Estruturado Regime de Capitalização não		
Programada	3.374	2.991
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	8.290	8.553
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(2.458)	(2.781)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(2.458)	(2.781)
	215.212	222.676
	616.868	592.090
Plano II – Contribuição Variável		
Descrição	2013	2012
Benefícios Concedidos		
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	336	321
Encargos Futuros	336	321
Benefícios a Conceder		
Saldo de Contas – Parcelas Patrocinadoras	11.430	9.564
Saldo de Contas – Parcelas Participantes	15.844	13.074
	27.274	22.638
	27.610	22.959
Total Consolidado (PB I + PB II)	644.478	615.049

9.2 Equilíbrio Técnico

O Superávit Técnico Acumulado do Plano I totalizou R\$ 9.972 mil (2012: R\$ 54.322 mil), reduzindo-se em R\$ 44.350 mil em função do déficit gerado no exercício. Esse resultado desfavorável pode ser atribuído basicamente ao fraco desempenho dos investimentos nos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável, que representam praticamente 90% dos recursos desse Plano (84,16% em Renda Fixa e 5,54% em Renda Variável, no encerramento do exercício). No segmento de Renda Fixa, composto basicamente por Títulos Públicos Federais (NTN-B), como essa carteira é constituída majoritariamente (70% na média do ano) por títulos “marcados a mercado”, a rentabilidade, embora maior do que o “benchmark” da Política de Investimentos (0,21% contra um IMA-B de – 10,02% e um IMA B5+ de – 15,50%, este último na verdade o “benchmark” mais adequado à ‘duration’ da carteira do ISBRE), foi afetada pela substancial elevação na taxa real de juros ocorrida no período, em especial no segundo semestre do ano, que resultou numa depreciação acentuada no valor desses títulos, como atestam as expressivas desvalorizações registradas pelas diferentes séries de IMAs. No segmento de Renda Variável, embora o ISBRE tenha também batido o “benchmark” estabelecido em sua Política de Investimentos (rentabilidade de 3,71% contra um IBrX de – 3,13%), os resultados também foram desfavoráveis, frutos de uma baixa perspectiva de crescimento, inflação em elevação e crescente desconforto com a gestão macroeconômica, além de um ambiente externo pouco favorável ao Brasil. De toda maneira, o Plano manteve-se superavitário, e reputamos a situação de não atingimento da meta atuarial como de natureza conjuntural, dado que a carteira de títulos públicos da entidade tem uma taxa média ponderada de aquisição bem acima das necessidades atuariais (6,60% contra 4,75% a.a.).

O Plano de Benefícios II, embora também com sua rentabilidade prejudicada pelos mesmos fatores do PB I, por ter seu passivo atuarial corrigido basicamente pela variação dos ativos (o que é característico de plano CV – Contribuição Variável na fase de acumulação de reservas dos benefícios programados), apresentou equilíbrio técnico.

9.3 Fundos

9.3.1 Fundos Previdenciais

No Plano de Benefícios I, o Fundo Previdencial registra os valores tidos como necessários para suportar o impacto provável, nas Provisões Matemáticas (reservas), decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de mudanças nos avanços da carreira realizados pelo Patrocinador em 1994 (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes.

O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômico-financeiras e demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando ainda as probabilidades de ocorrência de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

No Plano de Benefícios II, os Fundos Previdenciais de Variações Atuariais e de Benefícios de Risco estão constituídos com base nas regras e disposições regulamentares.

O quadro a seguir demonstra a composição do Fundo Previdencial de cada Plano.

Descrição	Em milhares de reais					
	2013		2012			
	Plano I – BD	Plano II – CV	Consolidado	Plano I – BD	Plano II – CV	Consolidado
Fundos Previdenciais						
Variações Atuariais	-	202	202	-	169	169
Benefício de Risco	-	3.176	3.176	-	2.576	2.576
Fundo Previdencial	<u>3.948</u>	<u>-</u>	<u>3.948</u>	<u>4.413</u>	<u>-</u>	<u>4.413</u>
	<u>3.948</u>	<u>3.378</u>	<u>7.326</u>	<u>4.413</u>	<u>2.745</u>	<u>7.158</u>

9.3.2 Fundo Administrativo

Para o Plano de Benefício I, a despesa administrativa previdencial é suportada pela receita de contribuições dos Patrocinadores e dos Participantes, até o limite de 9% destas, e pelos rendimentos do Fundo Administrativo. Havendo sobras ou insuficiência, entre este valor e a despesa com a administração previdencial realizada, as mesmas são suportadas pelo Fundo Administrativo, o qual, em 31 de dezembro de 2013, acumula um saldo de R\$ 1.144 mil (2012: R\$ 1.128 mil).

Para o Plano de Benefícios II, toda despesa administrativa do ano foi suportada pelo Fundo Administrativo, o qual em 31 de dezembro de 2013 acumula um saldo de R\$ 1.478 mil (2012: R\$ 1.676 mil).

10. RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Para o rateio das despesas administrativas comuns aos Planos de Benefícios I (BD) e II (CV) foi adotado o seguinte critério:

• Pessoal e Encargos

Constitui Despesa Administrativa Previdencial o custo total dos funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área previdencial, inclusive a Gerência Administrativa e de Previdência. São Despesas Administrativas de Investimento os dispêndios totais com os funcionários que exercem suas atividades exclusivamente na área de investimentos, inclusive a Gerência Financeira e de Investimentos. As demais áreas, como Contabilidade, Tesouraria, Informática, Secretaria e RH, têm seu custo total rateado na razão de 50% para a Área Administrativa e 50% para a Área de Investimentos.

• Serviços de Terceiros

Constituem Despesas Administrativas Previdenciais os serviços prestados exclusivamente para a Área Previdencial, tais como as consultorias atuariais. Por sua vez, são Despesas Administrativas

de Investimentos os serviços prestados exclusivamente para a Área de Investimentos, tais como consultorias de investimentos, custódia de valores e outros diretamente relacionados com os investimentos. As demais despesas com serviços de terceiros, comuns à Administração Previdencial e de Investimentos, tais como serviços jurídicos, auditoria externa e outros, têm seu custo total rateado na razão de 50% para cada uma das áreas.

• Despesas Gerais

As Despesas Gerais, tais como Treinamento, Viagens e Assinaturas e Mensalidades são alocadas nas respectivas áreas conforme o objetivo do treinamento, viagem ou assinatura. As despesas comuns, tais como Aluguel, Condomínio, Luz e Telefone, entre outras, são rateadas na razão de 50% para a Administração Previdencial e 50% para a Área de Investimentos.

• Rateio entre PB I e PB II

As despesas administrativas específicas são alocadas diretamente a cada plano e as despesas administrativas comuns são rateadas para cada plano de benefícios proporcionalmente ao patrimônio do mesmo.

11. TRANSFERÊNCIAS

11.1 Transferências Interplanos

Conforme estabelece a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a qual entrou em vigor a partir de 16 de dezembro de 2011, e Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, foi constituído o Plano de Gestão Administrativa – PGA. O regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo do ISBRE em 08 de dezembro de 2009, estabelece que esse órgão deliberativo, na aprovação do Orçamento e do Plano de Custeio Anual, indica as fontes de custeio para o PGA.

Para o exercício de 2013, o Conselho Deliberativo estabeleceu as seguintes fontes de custeio: PB I, taxa de carregamento de 9% das contribuições dos Patrocinadores e Participantes

para as despesas com a administração previdencial e taxa de administração de 0,50% a.a. para as despesas com a gestão dos investimentos. Para o PB II, foi estabelecido que o custeio de toda a despesa administrativa, tanto previdencial como de gestão dos investimentos, seria custeada pelo Fundo Administrativo.

Assim, durante o exercício foi transferido do PB I para o PGA R\$ 4.600 mil (2012: R\$ 4.132 mil), sendo, R\$ 1.301 mil (2012: R\$ 1.321 mil) para custeio das despesas administrativas previdenciais e R\$ 3.299 mil (2012: R\$ 2.811 mil) para o custeio das despesas administrativas com gestão dos investimentos. A diferença entre a despesa administrativa do plano – R\$ 4.597 mil (2012: 4.573 mil) e essas transferências recebidas pelo PGA, somada ao rendimento do fundo administrativo R\$ 12 mil (2012: R\$ 261 mil) foi constituído fundo administrativo – R\$ 15 mil (2012: reversão de 180 mil).

A despesa administrativa total do PB II no valor de R\$ 213 mil (2012: R\$ 176 mil) foi custeada pelos rendimentos do fundo administrativo R\$ 16 mil (2012: R\$ 323 mil) e pela reversão do fundo administrativo R\$ 197 mil (2012: constituição de R\$ 147 mil).

11.2 Fluxos dos Investimentos

Após deduzido o custo com a gestão, o resultado dos investimentos de cada plano foi transferido para a Gestão Previdencial, sendo R\$ 6.097 mil (2012: 111.732 mil) para o Plano de Benefícios I e R\$ 538 mil (2012: 3.967 mil) para o Plano de Benefícios II.

11.3 Destinação dos Resultados

Por fim, após apuração do resultado do Programa Previdencial do Plano de Benefícios I – déficit de R\$ 44.350 mil (2012: superávit de R\$ 985 mil), este foi transferido para o Passivo na conta Superávit Técnico, que se reduziu para R\$ 9.972 mil (2012: R\$ 54.322 mil).

O Plano de Benefícios II, por sua vez, apresentou equilíbrio técnico no exercício (2012: déficit de R\$ 12 mil).

12. SEGREGAÇÃO CONTÁBIL DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Exceto os Empréstimos a Participantes que, conforme o artigo 40 do anexo à Resolução 3.792 do Conselho Monetário Nacional, de 24 de setembro de 2009, deve ser objeto de segregação real (registrados diretamente em cada Plano de Benefícios) e o segmento de imóveis que a partir do exercício de 2013 passamos a fazer segregação real, para os demais ativos, conforme o item 9.1 do Anexo C da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a segregação contábil dos planos, foi feita utilizando-se o método da “Gestão Compartilhada dos Investimentos”, contabilizando-se os recursos primários (contribuições recebidas e benefícios pagos) diretamente nos Planos de Benefícios, e os recursos secundários, comuns aos planos, pela proporcionalidade do patrimônio de cada plano. A seguir demonstramos a segregação dos Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Descrição	2013				2012			
	Plano I- BD	Plano II - CV	PGA	Consoli- dado	Plano I - BD	Plano II - CV	PGA	Consolidado
Ativo								
Disponível	37	2	-	39	5	-	-	5
Realizável	639.009	30.988	4.230	674.227	660.495	25.710	4.174	690.379
Previdencial	2.863	-	-	2.863	3.452	-	-	3.452
Administrativo	-	-	1.216	1.216	-	-	998	998
Investimentos	636.146	30.988	3.014	670.148	657.043	25.710	3.176	685.929
Permanente	-	-	130	130	-	-	139	139
	639.046	30.990	4.360	674.396	660.500	25.710	4.313	690.523
Passivo								
Exigível Operacional	1.488	2	544	2.034	569	3	530	1.102
Previdencial	1.469	1	-	1.470	514	1	-	515
Administrativo	-	-	544	544	-	-	530	530
Investimentos	19	1	-	20	55	2	-	57
Exigível Contingencial	6.770	-	1.194	7.964	9.105	-	979	10.084
Previdencial	6.770	-	-	6.770	9.105	-	-	9.105
Administrativo	-	-	1.194	1.194	-	-	979	979
Patrimônio Social	630.788	30.988	2.622	664.398	650.826	25.707	2.804	679.337
Patrimônio de Cobertura do Plano	626.840	27.610	-	654.450	646.412	22.963	-	669.375
Provisões Matemáticas	616.868	27.610	-	644.478	592.090	22.959	-	615.049
Benefícios Concedidos	401.656	336	-	401.992	369.414	321	-	369.735
Benefícios a Conceder	215.212	27.274	-	242.486	222.676	22.638	-	245.314
Equilíbrio Técnico	9.972	-	-	9.972	54.322	4	-	54.326
Fundos	3.948	3.378	2.622	9.948	4.414	2.744	2.804	9.962
Previdencial	3.948	3.378	-	7.326	4.414	2.744	-	7.158
Administrativo	-	-	-	2.622	-	-	-	2.804
PB I	-	-	1.144	-	-	-	1.128	-
PB II	-	-	1.478	-	-	-	1.676	-
	639.046	30.990	4.360	674.396	660.500	25.710	4.313	690.523

13. ATIVO CONTINGENCIAL

O ISBRE é parte de ação ordinária ajuizada pela ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em face do FND - Fundo Nacional de Desenvolvimento, gerido pelo BNDES, que objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, adotando para tal fim o IPC, ao invés do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. Em que pese o “trânsito em julgado” do mérito em 28 de setembro de 2008, o valor correspondente a essa ação não foi reconhecido em resultado por não existirem evidências categóricas quanto à data e valor de liquidação (processo ainda em fase de execução). À luz da Resolução CFC 1.180/09, a entidade não deve, em princípio, reconhecer nas demonstrações contábeis a existência de um ativo contingente, reconhecendo apenas quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Em 14 de outubro de 2011, a Superintendência Nacional da Previdência Complementar – PREVIC, órgão de controle e fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, encaminhou o ofício nº 4679/2011/CGMC/DIACI determinando que não se efetuasse o registro contábil desse ativo contingencial até posterior manifestação sua.

Argus Ruy Guex de Oliveira
Diretor Presidente e
Financeiro
CPF 176.060.390 -20

Mauro Rosito D'Avila
Diretor Administrativo e de
Previdência
CPF 206.383.610 -87

Hilário Todeschini
Contador - CRC/RS
40.688
CPF 337.171.250 -87

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS I - BD

MIRADOR 085/2014

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2014

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios I (PB-I) gerido pelo ISBRE - Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 17 do anexo “c” da Resolução CNPC nº 08/2011, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2013, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2013, encontravam-se cadastrados no PB-I:

- 198 Participantes ativos, sendo 120 do sexo masculino e 78 do sexo feminino;
- 2 Participantes em BPD, sendo 1 do sexo masculino e 1 do sexo feminino; e
- 382 Participantes assistidos, distribuídos da seguinte forma: 283 Aposentados por Tempo de Serviço; 7 Aposentados por Idade; 15 Aposentados por Invalidez e 77 Pensionistas.

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o PB-I é classificado dentro da modalidade de Plano de Benefício Definido. Os benefícios de aposentadorias (inclusive por invalidez), pensão e pecúlio foram estruturados sob o regime financeiro de Capitalização utilizando o método do Prêmio Nivelado Individual. Já os benefícios de auxílio doença e auxílio reclusão, em função de suas características, foram estruturados sob o regime de regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses (premissas) adotadas em 31/12/2013

- Taxa Real de Juros: 4,75% a.a.
- Teto de Benefício hipotético do INSS: R\$ 3.943,97
- Taxa de Crescimento Real da Suplementação (base contributiva): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (até a sua concessão): 4,206% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000M (suavizada em 10%)
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85M
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: 98,2% (piso da meta de inflação = 3,5% a.a.)
- Taxa de Carregamento: 9% (percentual incidente sobre a soma das contribuições)
- Taxa de Administração: 0,50% (percentual anual incidente sobre os recursos garantidores)
- Plano de custeio (ativos): 17,00% do valor da suplementação projetada (paritário)
- Plano de custeio (assistidos): 11,30% do valor da suplementação (paritário)

3.2 Testes de aderência das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2013 foram realizados os testes de aderência das hipóteses (premissas) atuariais utilizadas no PB-I. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez, Crescimento de Salários/Benefícios e Composição Familiar.

O teste para a verificação da aderência da Taxa Real de Juros foi realizado considerando o modelo de ALM desenvolvido pela entidade e o fluxo estimado de compromissos futuros do PB-I. Com base no referido estudo, foi possível constatar que a premissa de 4,75% a.a., utilizada na avaliação atuarial

do exercício de 2013 e também na política de investimentos para o exercício de 2014, está contida dentro dos intervalos de confiança estimados (considerando um nível de significância de 5%), não havendo evidências estatísticas para a rejeição da hipótese de aderência da referida premissa.

3.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Com relação à avaliação atuarial realizada em setembro de 2012 (ano base anterior), as alterações de premissas introduzidas na presente avaliação foram as seguintes:

- Adoção da Tábua de Mortalidade Geral AT-2000M (suavizada em 10%), tendo em vista os resultados apurados nos testes de premissas, que constataram o aumento da expectativa de vida da massa de participantes, assistidos e pensionistas;
- Utilização da premissa Fator de Capacidade dos Salários e Benefícios, tendo em vista o impacto do atual nível inflacionário no Plano; e
- Redimensionamento da Taxa Anual de Administração, que passou de 0,45% em 2012 para 0,50% em 2013 (percentual incidente sobre o total dos recursos garantidores do PB-I).

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2013, mais precisamente na data base de 31/12/2013, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdencial e Administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

• Patrimônio de Cobertura do Plano*	R\$ 626.840.072,04
* Obs.: [Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos]	
• Provisões Matemáticas:	
1. Benefícios Concedidos	R\$ 401.655.805,10
2. Benefícios a Conceder	R\$ 215.212.078,51
• Fundos:	
1. Fundo Previdencial	R\$ 3.948.004,30
2. Fundo Administrativo	R\$ 1.143.661,19
• Superávit Técnico Acumulado:	R\$ 9.972.188,43
(1,59% do Patrimônio de Cobertura do Plano)	

5. RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores do PB-I no exercício de 2013 foi de 1,50%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para o PB-I deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida de 4,75 a.a. (taxa real de juros do plano). Tal indicador, no período de análise, totalizou 10,58%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida no período correspondeu a 14,2% da meta atuarial do período.

Segundo a administração da Entidade, os resultados decorreram basicamente do fraco desempenho em 2013 dos investimentos nos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável, que representam praticamente 90% dos recursos do Plano (84,16% em Renda Fixa e 5,54% em Renda Variável, no encerramento do exercício). O segmento de Renda Fixa é composto basicamente por títulos NTN_B com “marcação a mercado”. Assim, a rentabilidade apurada, embora maior do que o “benchmark” da Política de Investimentos (0,21% contra uma IMA-B de -10,02% e uma IMA B5+ de -15,50%) foi fortemente afetada pela substancial elevação na taxa real de juros ocorrida no período, em especial no segundo semestre do ano, que resultou numa depreciação acentuada no valor desses títulos, como atestam as expressivas desvalorizações registradas pelas diferentes séries de IMAs.

No segmento de Renda Variável, embora a Entidade tenha batido o “benchmark” estabelecido em sua Política de Investimentos (rentabilidade de 3,71% contra um IBRX de -3,13%), os resultados também foram desfavoráveis, frutos de uma baixa perspectiva de crescimento, inflação em elevação e crescente desconforto com a gestão macroeconômica, além de um ambiente externo pouco favorável ao Brasil. Não obstante, a situação de não atingimento da meta atuarial pode ser creditada, basicamente, como de natureza conjuntural, dado que a carteira de títulos públicos da Entidade apresenta uma taxa média de aquisição bem acima das necessidades atuariais (6,60% a.a. contra 4,75% a.a.).

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2013 as despesas administrativas do PB-I totalizaram R\$ 4.596.814,66, correspondendo ao comprometimento de 0,72% dos Recursos Garantidores do plano no dia 31/12/2013. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do PB-I. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do PB-I se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

7. FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o PB-I. Em 31/12/2013, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 1.143.661,19. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-I utilize ao longo do ano de 2014 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- **Taxa de Carregamento:** 9,00% (nove por cento) dos valores das receitas contributivas;
- **Taxa de Administração:** 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-I; e
- **Fundo Administrativo:** suportará as eventuais necessidades de recursos para atender as despesas incorridas, nos casos de insuficiência decorrente das fontes “Taxa de Carregamento” e “Taxa de Administração” definidas anteriormente.

8. PLANO DE CUSTEIO

O atual plano de custeio deverá ser mantido para o exercício de 2014, conforme discriminado abaixo:

- **Participantes Ativos:** 17,00% (dezessete por cento) do valor da suplementação projetada, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes e as patrocinadoras (folha de suplementação projetada), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I; e
- **Participantes Assistidos:** 11,30% (onze vírgula trinta por cento) do valor da suplementação efetivamente percebida, contribuição devida neste patamar de forma paritária entre os participantes assistidos e as patrocinadoras (folha de suplementação), conforme regra estabelecida no regulamento do PB-I.

9. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2013, em conformidade com os preceitos definidos na Avaliação Atuarial de 30/09/2013, foi constituído o “Fundo Previdencial” para o PB-I. Tal fundo tem por objetivo suportar o impacto provável decorrente de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de avanços na carreira (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes. O método de avaliação se fundamentou nas hipóteses econômicas / financeiras / demográficas do plano e nos valores presentes dos compromissos atuariais que seriam necessários, considerando as probabilidades de ocorrências de sentenças judiciais desfavoráveis ao ISBRE.

Sérgio Rangel Guimarães
Atuário MIBA 0743
CPF 467.563.020-00

PARECER ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS II - CV

MIRADOR 086/2014

Porto Alegre, 29 de janeiro de 2014.

1. OBJETIVO

O presente parecer objetiva evidenciar os aspectos atuariais relevantes do Plano de Benefícios II (PB-II) gerido pelo ISBRE - Fundação BRDE de Previdência Complementar, em conformidade com as disposições contidas no item 17 do anexo “c” da Resolução CNPC nº 08/2011, bem como no artigo 4º da Instrução de Serviço SPC nº 07/2005.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral que subsidiou a Avaliação Atuarial de 30/09/2013, fornecida pela Entidade, foi consistida e considerada satisfatória, refletindo a posição do quadro de Participantes ativos e assistidos na data da respectiva avaliação. Em 31/12/2013, encontravam-se cadastrados no PB-II:

- 299 Participantes ativos;
- 1 participante em BPD e
- 3 Participantes assistidos (1 pensão concedida).

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

Conforme definição dada pela Resolução MPS/CGPC no 16/2005, o PB-II é classificado dentro da modalidade de Plano de Contribuição Variável, conjugando características de plano de contribuição definida - CD e de plano de benefício definido – BD. Os benefícios não programados (benefícios de risco), de renda por invalidez e de pensão foram estruturados sob o regime financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura. Já o benefício de auxílio doença foi estruturado sob o regime financeiro de Repartição Simples.

3.1 Hipóteses (premissas) adotadas em 31/12/2013

- Taxa Real de Juros: 4,75% a.a.
- Parcela Previdencial: R\$ 3.226,68
- Fator de Capacidade dos salários e benefícios: não considerado
- Plano de Custeio vigente:
 - ✓ Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição
 - ✓ Patrocinadoras: Paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição.
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: 2,45% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras

- Taxa de Carregamento: nula
- Taxa de Administração: nula
- Taxa de Crescimento Real de Salários (hipótese p/ Benefícios de Risco): 2,507% a.a.
- Taxa de Crescimento Real de Benefícios (após a sua concessão): nula
- Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 Male (suavizada em 10%)
- Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas
- Tábua Mortalidade de Inválidos: MI-85M
- Tábua de Rotatividade: não considerada
- Entrada de novas gerações: não considerada
- Estrutura Familiar: considerando a composição da família média da população de participantes (ativos e assistidos) vinculados ao ISBRE.

3.2 Testes de aderência das hipóteses (premissas)

Na avaliação atuarial referente ao exercício de 2013 foram realizados os testes de aderência das hipóteses (premissas) atuariais utilizadas no PB-II. Os testes contemplaram as análises das Tábuas de Mortalidade (Geral e de Inválidos), Tábua de Entrada em Invalidez e Composição Familiar.

O teste para a verificação da aderência da Taxa Real de Juros foi realizado considerando o modelo de ALM desenvolvido pela entidade e o fluxo estimado de compromissos futuros do PB-II. Com base no referido estudo, foi possível constatar que a premissa de 4,75% a.a., utilizada na avaliação atuarial do exercício de 2013 e também na política de investimentos para o exercício de 2014, está contida dentro dos intervalos de confiança estimados (considerando um nível de significância de 5%), não havendo evidências estatísticas para a rejeição da hipótese de aderência da referida premissa.

3.3 Alterações nas hipóteses (premissas)

Com relação à avaliação atuarial realizada em setembro de 2012 (ano base anterior), a principal alteração de premissa introduzida na presente avaliação foi a adoção da Tábua de Mortalidade Geral AT-2000M suavizada em 10%. A alteração foi realizada de forma prudencial para o plano, com base nos resultados apresentados pelos testes de premissas, que constataram o aumento da expectativa de vida da massa de participantes, assistidos e pensionistas. Para o exercício de 2014 foi recomendado na Avaliação Atuarial que, em função da adoção Tábua de Mortalidade Geral AT-2000M (suavizada em 10%) e das modificações observadas na estrutura etária do PB-II, o plano de custeio dos Benefícios de Risco seja alterado dos atuais 2,45% para 2,31%, percentual incidente sobre a folha de Salários de Contribuição dos participantes ativos.

4. SITUAÇÃO FINANCEIRA-ATUARIAL

Ao término do exercício social de 2013, mais precisamente na data base de 31/12/2013, foram calculados os valores das Provisões Matemáticas e dos Fundos Previdencial e Administrativo, os quais se encontram devidamente registrados no Balanço Patrimonial da Entidade:

• Patrimônio de Cobertura do Plano:	R\$ 27.610.356,35
* Obs.: [Ativo – (Exigível Operacional + Exigível Contingencial) – Fundos]	
• Provisões Matemáticas:	
1. Benefícios Concedidos	R\$ 336.512,37
1.1 Benefícios de Risco	R\$ 336.512,37
2. Benefícios a Conceder	R\$ 27.273.843,98
2.1 Benefícios Programáveis	R\$ 27.273.843,98
• Fundos:	
1. Previdencial	R\$ 3.377.686,99
1.1 Fundo de Benefício de Risco*	R\$ 3.175.508,21
1.2 Fundo de Variações Atuariais	R\$ 202.178,78
2. Fundo Administrativo	R\$ 1.478.377,82

Tendo em vista as características de um Plano de Contribuição Variável - CV, o PB-II está sujeito aos ganhos e perdas atuariais para os benefícios de risco e, também, para os benefícios programados após a sua concessão.

No exercício em questão, em virtude da alteração da premissa Mortalidade Geral (com adoção da AT-2000M suavizada em 10%), bem como em função do não atingimento da meta atuarial, o PB-II registrou um déficit acumulado na ordem de R\$ 27.114,29. Cabe ressaltar que, do déficit apurado no exercício de 2013, foi possível identificar que 89% de seu valor refere-se ao não atingimento da meta atuarial no exercício (taxa real de juros de 4,75% + variação do INPC) e 11% refere-se à alteração da premissa Mortalidade Geral (adoção da AT-2000M suavizada em 10%).

Como solução para a insuficiência de cobertura, esse valor foi integralmente absorvido no exercício pelo Fundo de Cobertura de Benefícios de Risco - FCBR, em conformidade com as disposições regulamentares do PB-II. Assim, em 31/12/2013, o PB-II apresentou a situação de equilíbrio técnico.

5. ANÁLISE DA RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS

A rentabilidade dos ativos garantidores do PB-II no exercício de 2013 foi de 1,93%. A rentabilidade mínima atuarial (meta anual atuarial) para os Benefícios de Risco e os Benefícios Concedidos do Plano de Benefícios II deve ser equivalente à variação anual do INPC/IBGE acrescida de 4,75 a.a. (Taxa Real de Juros do plano). Tal indicador, no período de análise, totalizou 10,58%. Assim, pode-se constatar que a rentabilidade auferida no período correspondeu a 18,2% da meta atuarial do período.

Segundo a administração da Entidade, os resultados decorreram basicamente do fraco desempenho em 2013 dos investimentos nos segmentos de Renda Fixa e de Renda Variável, que representam praticamente 90% dos recursos do Plano (80,58% em Renda Fixa e 5,31% em Renda Variável, no encerramento do exercício). O segmento de Renda Fixa é composto basicamente por títulos NTN_B com “marcação a mercado”. Assim, a rentabilidade apurada, embora maior do que o “benchmark” da Política de Investimentos (0,21% contra uma IMA-B de -10,02% e uma IMA B5+ de -15,50%) foi fortemente afetada pela substancial elevação na taxa real de juros ocorrida no período, em especial no segundo semestre do ano, que resultou numa depreciação acentuada no valor desses títulos, como atestam as expressivas desvalorizações registradas pelas diferentes séries de IMAs.

No segmento de Renda Variável, embora a Entidade tenha batido o “benchmark” estabelecido em sua Política de Investimentos (rentabilidade de 3,71% contra um IBrX de -3,13%), os resultados também foram desfavoráveis, frutos de uma baixa perspectiva de crescimento, inflação em elevação e crescente desconforto com a gestão macroeconômica, além de um ambiente externo pouco favorável ao Brasil. Não obstante, a situação de não atingimento da meta atuarial pode ser creditada, basicamente, como de natureza conjuntural, dado que a carteira de títulos públicos da Entidade apresenta uma taxa média de aquisição bem acima das necessidades atuariais (6,60% a.a. contra 4,75% a.a.).

6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2013 as despesas administrativas do PB-II totalizaram R\$ 213.337,90, correspondendo ao comprometimento de 0,69% dos Recursos Garantidores do plano no dia 31/12/2013. Conforme previsto no artigo 6º da Resolução CGCP nº 29/2009, o Conselho Deliberativo do ISBRE optou por estabelecer como limite anual de recursos para o Plano de Gestão Administrativa - PGA o valor correspondente a 1% do montante de recursos garantidores do plano. Portanto, pode-se concluir que as despesas administrativas do PB-II se situaram abaixo do limite estabelecido no PGA.

7. FUNDO ADMINISTRATIVO

O ISBRE possui um Fundo Administrativo especialmente constituído para o PB-II. Em 31/12/2013, o saldo acumulado do referido fundo totalizava R\$ 1.478.377,82. Considerando as exigências contidas na Resolução CGPC nº 29/2009, bem como o nível das despesas administrativas da Entidade e o volume de recursos no Fundo Administrativo, recomenda-se que o PB-II continue utilizando em 2014 as seguintes fontes de custeio administrativo:

- Taxa de Carregamento: 0,00% (zero por cento) dos valores das receitas contributivas vertidas ao PB-II;
- Taxa de Administração: 0,00% (zero por cento) incidente sobre o montante dos recursos garantidores do PB-II; e
- Fundo Administrativo: tendo em vista o montante acumulado, suportará durante o exercício de 2014 a integralidade das despesas incorridas no PB-II.

8. PLANO DE CUSTEIO

Recomenda-se a adoção do seguinte plano de custeio para o exercício de 2014:

- Participantes: 3,00% a 20,00% sobre o valor do Salário de Contribuição;
- Patrocinadoras: paritária, respeitado o limite de 10,00% sobre o valor do Salário de Contribuição; e
- Custeio dos encargos dos Benefícios de Risco: tendo vista o resultado apurado na avaliação atuarial, será equivalente a 2,31% do Salário de Contribuição, descontado da contribuição normal das Patrocinadoras.

9. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Além dos aspectos já citados, é necessário que se ressalte que, em 31/12/2013, foi constituído o “Fundo de Variações Atuariais” com base nas regras e disposições regulamentares.

Sérgio Rangel Guimarães
Atuário MIBA 0743
CPF 467.563.020-00

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE
Porto Alegre/RS

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – ISBRE e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2014.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1544
MARCELO SOUZA MARQUES DO COUTO
CONTADOR CRC/RS 50.671

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, após o exame do Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2013 e demais Demonstrações Contábeis, embasados nos Pareceres atuariais da MIRADOR ASSESSORIA ATUARIAL LTDA e no Relatório sobre as Demonstrações Contábeis da EXACTO AUDITORIA S/S, bem como nas informações, dados e documentos apresentados pela Diretoria Executiva da Fundação, declaram que os elementos oferecidos apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ISBRE em 31/12/2013, razão pela qual, são de parecer que as mesmas sejam aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

Porto Alegre, 12 de março de 2014.

AMILCAR SERGIO MÊNICA
Presidente

MÁICOL C. STEIN DE SOUZA
Conselheiro

FRANCISCO LUTERO LUEHRIG
Conselheiro

TARCÍSIO JAIME HERDT
Conselheiro

NIVALDO PRESALINO VIEIR
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, dando cumprimento ao que estabelece o artigo 24, item VII, do Estatuto Social, com base no Parecer do Conselho Fiscal do ISBRE, emitido na data de 12 de março de 2014, aprovam o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, por Plano de Benefícios, a Demonstração do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidada e a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano – DPT, por plano de benefícios e a Prestação de Contas do Exercício Social de 2013.

Porto Alegre, 20 de março de 2014.

SÉRGIO DARCI INÁCIO
Presidente do Conselho

JULIANA SOUZA DALLASTRA
Conselheira

CARLOS AURÉLIO L. DA H. RIBEIRO
Conselheiro

CARLOS ARETON AZZOLIN OLSON
Conselheiro

CARLOS DICKEL DA FONTOURA
Conselheiro

DARLAN CONTE
Conselheiro